

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Katia Teresinha Paloschi

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL (1906 - 1910)**

Santa Maria, RS
2022

Katia Teresinha Paloschi

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL (1906-1910)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Arquivologia,
da Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de **Bacharela em
Arquivologia**

Orientador: Prof. Dr. Francisco Alcides Cougo Junior

Santa Maria, RS
2022

Katia Teresinha Paloschi

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL (1906-1910)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Arquivologia,
da Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de **Bacharela em
Arquivologia**

Aprovado em 05 de agosto de 2022:

Francisco Alcides Cougo Junior, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Glauca Vieira Ramos Konrad, Dra. (UFSM)

Danilo Ribas Barbieiro, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2022

RESUMO

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1906-1910)

AUTORA: Katia Teresinha Paloschi
ORIENTADOR: Prof. Dr. Francisco Alcides Cougo Junior

Apesar do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul ter mais de 100 anos, a história da sua origem é pouco conhecida. Existem estudos sobre a sua sede física, pela sua imponência arquitetônica e capacidade técnica, mas os motivos da sua criação não são objetos de estudo dos Arquivistas. Grande parte dos estudos que existem sobre a Instituição foram realizados por historiadores. Esta pesquisa busca responder algumas perguntas a respeito da sua criação enquanto Instituição Arquivística, resgatando detalhes sobre seus primeiros anos de vida, os atores envolvidos na sua criação, suas rotinas de trabalho e os principais desafios encontrados nos primeiros anos de atividade, e qual a influência do positivismo nesse processo. Esta pesquisa foi desenvolvida acessando os documentos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de obter informações sobre a sua origem, estrutura e organograma. Parte da pesquisa foi in loco, pois grande parte da documentação não está em meio digital. Os documentos analisados em sua grande maioria remetem à criação e estruturação do Arquivo, entre eles estão leis, decretos e regulamentos, disponíveis no acervo digital do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, onde também constam os relatórios das atividades do Arquivo Público, o website do APERS, a primeira edição da Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, editada no ano de 1921, disponível no acervo do APERS, entre outros. Foi possível observar que desde a primeira tentativa de criação do APERS, em 1948, o objetivo principal dos seus criadores era o de reunir e conservar num mesmo local documentos importantes para o Estado do Rio Grande do Sul. Constatamos que o recolhimento dos documentos ao Arquivo não ocorreu de forma tranquila, pois como o volume de documentos era grande, foram constantes as reclamações dos responsáveis pelo Arquivo quanto a falta de espaço e pessoal para o armazenamento de forma correta, limpeza, conservação e até mesmo a conferência por parte dos servidores da documentação recolhida. Os objetivos desta pesquisa de analisar o contexto histórico social e o ideário da constituição do Arquivo puderam ser identificados na análise dos documentos localizados. Através dos relatórios dos primeiros gestores do Arquivo e do regulamento de sua criação foi possível verificar o contexto de criação da Instituição e os agentes envolvidos. Também foi possível observar como o positivismo influenciou na criação do Arquivo Público, quais eram seus objetivos e quais as principais dificuldades encontradas no decorrer dos anos 1906 a 1910.

Palavras-chave: Arquivologia, Arquivo Público, Instituição Arquivística, Positivismo.

ABSTRACT

THE INSTITUTIONALIZATION OF THE PUBLIC ARCHIVE OF RIO GRANDE DO SUL STATE (1906-1910)

AUTHOR: Katia Teresinha Paloschi
ADVISER: Prof. Dr. Francisco Alcides Cougo Junior

Although the Public Archive of the State of Rio Grande do Sul is over 100 years old, the history of its origin is little known. There are studies on its physical headquarters, due to its architectural grandeur and technical capacity, but the reasons for its creation are not objects of study by the Archivists. Most of the studies that exist on the Institution were carried out by historians. This research seeks to answer some questions about its creation as an Archival Institution, rescuing details about its first years of life, the actors involved in its creation, their work routines and the main challenges encountered in the first years of activity, and what was the influence of positivism in this process. This research was developed by accessing documents from the Public Archive of the State of Rio Grande do Sul, in order to obtain information about its origin, structure and organizational chart. Part of the research was carried out in loco, as much of the documentation is not in digital media. The documents analyzed mostly refer to the creation and structuring of the Archive, among them are laws, decrees and regulations, available in the digital collection of the Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, which also contains reports of the activities of the Public Archive, the APERS website, the first edition of the Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, published in 1921, available in the APERS collection, among others. It was possible to observe that since the first attempt to create the APERS, in 1948, the main objective of its creators was to gather and preserve in the same place important documents for the State of Rio Grande do Sul. We found that the collection of documents to the Archive did not take place smoothly, because as the volume of documents was large, complaints from those responsible for the Archive were constant regarding the lack of space and personnel for correct storage, cleaning, conservation and even even the verification by the servers of the collected documentation. The objectives of this research to analyze the historical social context and the ideology of the constitution of the Archive could be identified in the analysis of the documents located. Through the reports of the first managers of the Archive and the regulation of its creation, it was possible to verify the context of creation of the Institution and the agents involved. It was also possible to observe how positivism influenced the creation of the Public Archive, what were its objectives and what were the main difficulties encountered during the years 1906 to 1910.

Keywords: Archival Science, Public Archives, Archival Institution, Positivism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Decreto de criação do APERS, 1906.	31
Figura 2 - Demonstrações da receita do Arquivo Público de 15/06/1906 a 15/06/1907.	44
Figura 3 - Decreto de desanexação do Arquivo Público (1909)	52

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 OBJETIVOS	9
1.1.1 Objetivos Específicos	9
2. JUSTIFICATIVA	9
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	11
3.1 HISTÓRIA DOS ARQUIVOS	11
3.2 INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS	15
3.3 HISTÓRIA INTELECTUAL	18
4. METODOLOGIA	22
5. RESULTADOS	26
5.1 ANTES DA CRIAÇÃO DO ARQUIVO	28
5.2 A CRIAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO	30
5.3 O QUE DIZEM OS PRIMEIROS RELATÓRIOS DO DIRETOR-GERAL E DO CHEFE DE SEÇÃO	40
5.3.1 Relatório de 1906	40
5.3.2 Relatório de 1 de julho de 1906 a 30 de junho de 1907 - Enviado ao Diretor-Geral Carlos Emilio Haag	42
5.3.3 Relatório de 1 de julho de 1906 a 30 de junho de 1907 - Enviado ao Secretário Protásio Antônio Alves	44
5.3.4 Relatório de 1 de julho de 1907 a 31 de maio de 1908 - Ao diretor-geral Carlos Emilio Haag	45
5.3.5 Relatório de 1 de julho de 1907 a 31 de maio de 1908 - Enviado ao Secretário Protásio Antônio Alves	47
5.3.6 Relatório de 1 de junho de 1908 a 30 de junho de 1909 - Ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior	49
5.3.7 Relatório 1 de julho de 1909 a 30 de junho de 1910 - Enviado ao Secretário Protásio Antônio Alves	50
5.4 DESANEXAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO E MUDANÇA DE LOCAL	52
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
7. REFERÊNCIAS	58

1. INTRODUÇÃO

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS surgiu no ano de 1906, através do Decreto 876, no qual o então presidente do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros, determinou a criação da instituição – que à época compunha a Repartição de Arquivo Público, Estatística e Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul, a qual era subordinada à Secretaria do Interior e Exterior.

Segundo as definições do decreto, o arquivo deveria adquirir e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos referentes à legislação, à administração, à história, à geografia, às artes e indústrias do Estado do Rio Grande do Sul. E também executar, coordenar e analisar todos os trabalhos estatísticos que se relacionam com o estado físico, econômico, comercial, industrial, político, administrativo, moral e intelectual do estado, além dos serviços da Biblioteca Pública.

Em 11 de fevereiro de 1909, através do Decreto nº 1.435, foram desanexadas do Arquivo as seções de Estatística e de Biblioteca, considerando a necessidade de dar autonomia a cada uma delas.

O APERS possui em 2022 uma massa documental de 20 milhões de documentos provenientes do poder Executivo e Legislativo, dos tabelionatos e do registro civil. Essa massa documental foi reunida no decorrer dos 116 anos do Arquivo, oriunda de todas as regiões do Estado. O Arquivo hoje está dividido em três prédios, todos localizados na Rua Riachuelo, no Centro Histórico de Porto Alegre, construídos e destinados especificamente para a função a que se destinam. Sua estrutura arquitetônica foi elaborada para suportar o peso da massa documental e para manter a integridade dos documentos.

O acervo do APERS é um conjunto histórico e arquivístico de grande importância para o Estado do Rio Grande do Sul. Nele estão contidos documentos datados desde o ano de 1763, os quais podem servir de prova e são considerados de valor histórico. A consulta ao acervo é constante e, por isso, o Arquivo recebe diariamente pesquisadores em busca das informações contidas nessa massa documental.

Importante refletir que o Arquivo Público não surgiu de um mero acaso. Ele foi pensado e planejado, tanto em sua estrutura institucional, objeto deste estudo, como na física. Mas, como se desenvolveu esse ideário? Qual foi o contexto de sua criação? Quem foram os agentes diretamente envolvidos na criação da instituição arquivística?

Esta pesquisa visa esclarecer estes e outros questionamentos referentes à institucionalização do APERS.

1.1 OBJETIVOS

Analisar o contexto histórico social e o ideário da constituição do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) como instituição arquivística pública, entre os anos de 1906 a 1910.

1.1.1 Objetivos Específicos

- Identificar os agentes envolvidos na constituição da instituição Arquivo;
- Analisar os motivos e o contexto da época da constituição do Arquivo Público;
- Compreender a constituição institucional do Arquivo Público.

2. JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa se justifica por identificar a necessidade de entender a estrutura institucional do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) no período de 1906 a 1910. Apesar da instituição ter 116 anos, há certa escassez de estudos sobre a sua fundação. Sendo assim, a forma como surgiu o Arquivo, qual o contexto social e histórico que envolveu a sua criação, quem foram os atores envolvidos na sua constituição e por quais motivos se deu sua fundação, merecem ter um estudo mais aprofundado. Segundo Merlo (2010, p.17) “a inexistência de publicações sobre a história do Arquivo Público do Rio Grande do Sul parte da insuficiência da bibliografia no campo da arquivística sobre as histórias dos arquivos, sobretudo brasileiros”. Através desta afirmação podemos perceber a escassez de pesquisas sobre as instituições arquivísticas no Brasil, ausência que justifica a presente pesquisa.

Como observado por Merlo (2010), as instituições arquivísticas no Brasil não costumam ser objetos de estudo dos arquivistas, mesmo sendo os locais de trabalho de muitos destes profissionais. Muitas vezes tais pesquisas partem dos historiadores, os quais buscam compreender as instituições enquanto patrimônio público e cultural,

sendo que para os arquivistas o Arquivo é local de trabalho. Acreditamos, no entanto, que um conhecimento mais aprofundado desse lugar auxiliaria na melhoria de desempenho das funções desempenhadas pelos profissionais da área.

O Arquivo Público é o primeiro do Estado e um dos mais antigos arquivos do Brasil, onde se busca preservar e dar acesso ao maior número possível de informações contidas em seu acervo documental. Pela relevância que o APERS tem para a sociedade e para o meio arquivístico é de fundamental importância ter o conhecimento do contexto de sua fundação, ou seja, o conhecimento histórico de sua origem. A estrutura física do prédio do APERS já foi objeto de estudos, mas há poucas investigações sobre a instituição, motivo que nos leva à razão desta pesquisa: contextualizar a instituição APERS.

Esta pesquisa está dividida em 3 capítulos principais, além da introdução e considerações finais. O primeiro capítulo, intitulado Revisão Bibliográfica, tem por objetivo apresentar uma breve explanação sobre os conceitos necessários para dar embasamento e entendimento ao tema abordado na pesquisa, sendo eles: "História dos Arquivos", "Instituições arquivísticas" e "História intelectual". O segundo capítulo, denominado Metodologia, tem como objetivo apresentar os métodos e as técnicas utilizadas no desenvolvimento da pesquisa, e também descreve como foi realizado o trabalho, as fontes consultadas e as principais dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa. O terceiro capítulo, Resultados, tem por objetivo apresentar os resultados e as principais reflexões a respeito da pesquisa.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica foi elaborada a partir de conceitos necessários para o dar embasamento e entendimento do tema abordado. O conceito a ser apresentado inicialmente é o de História dos Arquivos, em seguida as Instituições arquivísticas e por fim o conceito de História Intelectual.

3.1 HISTÓRIA DOS ARQUIVOS

A história e a evolução dos arquivos¹ ocorrem em paralelo à evolução da sociedade humana, existindo desde o momento em que o homem fixou por escrito as suas relações como ser social.

Sobre o início da história dos arquivos no mundo, podemos observar as palavras de Silva, *et al*

A atividade humana manifesta-se e é dada a conhecer através de testemunhos, como construções, objectos, textos escritos etc. A escrita surgiu precisamente pela necessidade de o homem registrar e comunicar os seus actos, conhecimentos ou sentimentos. Durante milênios os registos escritos irão dominar a materialização da memória individual e coletiva. A importância da escrita para a actividade humana levou, automaticamente, à consciência de que era preciso conservar tais registos, tendo em vista uma posterior utilização. (1999 p. 45)

Com as palavras de Silva et al (1999) podemos observar que, na origem da escrita, já existia uma consciência sobre a preservação dos registos com o intuito de guardar informações para uma futura consulta, ou seja, nessa época já existia uma preocupação com a preservação de subsídios para a construção da memória coletiva de um povo ou nação.

Ainda, segundo o mesmo autor, "não é por acaso que o nosso conhecimento sobre a existência de arquivos, remonta, precisamente, às antigas civilizações do Médio Oriente, em locais referenciados como berço da escrita" (SILVA, et al 1999, p.

¹ O termo "Arquivo", no âmbito deste trabalho, deve ser compreendido a partir da definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, ou seja, Arquivo é uma "Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos. O conceito de arquivo(s) é amplo e possui multiplicidade de sentidos, mas como citado acima, utilizaremos a definição de "Arquivo" do Arquivo Nacional.

45). Os arquivos desde sua origem tiveram uma relação direta com as formas de expressão de uma sociedade.

Outros autores como Marques (2019) e Posner (1972) reconhecem a importância dos arquivos para a humanidade desde a sua concepção na antiguidade, decorrente das primeiras práticas da escrita, e afirmam que a manutenção de documentos “constitui um aspecto importante da experiência da humanidade na sua organização; sem esses arquivos, na verdade, a história do nosso passado não poderia ser contada” (POSNER, 1972, p. 1).

A partir das palavras dos autores citados acima podemos observar a importância da preservação dos arquivos para o reconhecimento e entendimento da história, pois sem a preservação dos registros das atividades humanas não seria possível saber o que ocorreu em épocas passadas e nem entender muitas das tradições e acontecimentos da atualidade.

Apesar da história dos arquivos datar de muitos séculos, segundo Matos (2012) poucos estudos têm se dedicado a resgatá-la em suas características mais notórias, como o uso e a representação social dos arquivos, ou a experiência das instituições arquivísticas.

Segundo Marques (2019), o estudo dos arquivos antigos como instituições é importante para o entendimento da formação e expansão do próprio pensamento arquivístico. É através do entendimento e reconhecimento das práticas desenvolvidas nestes espaços que podemos compreender e reconhecer a importância da preservação das informações registradas independente do suporte.

O termo “arquivo”, segundo Silva et al, (1999) teve origem nas práticas greco-romanas, as quais estavam ligadas a uma entidade respeitável, a ser protegida pelos deuses. O termo *archeion* foi concebido e, posteriormente, ao ser divulgado no Ocidente pelos responsáveis pela Igreja, passou a ser utilizado na forma latina de *archivum*, como um espaço para a guarda de documentos de valor de prova ou memória do passado (SILVA et al, 1999).

Cougo Junior (2020) apresenta alguns marcos iniciais dos arquivos no Brasil, como a primeira Constituição Brasileira, de 1824. A Carta menciona, em seu Art. 70, um “Archivo Publico”, onde deveriam ser guardados os originais de todas as leis assinadas pelo imperador, referenciadas pelo secretário de Estado competente e autenticadas com o “Sello do Império” (COUGO JUNIOR., 2020 p. 37). Cabe ressaltar que, apesar da menção sobre a criação do “Archivo Público” na Constituição, esta não

foi a primeira vez que a sua criação foi citada em leis do Império. Os “Archivos Publicos” serviriam como um lugar provisório para onde deveriam ser enviados os documentos originais referentes aos decretos do imperador “até que se estabeleça o Archivo Publico, para onde devem ser remetidos taes diplomas” (COUGO, 2021), foi somente no de 1838 que se deu a criação do Archivo Publico, anos depois da sua menção na Constituição Brasileira.

Célia Costa (2000) pontua que:

[...] inspirados no modelo francês de arquivos e convencidos da necessidade do documento como prova empírica para desenvolver uma “história científica”, começam a pressionar os arquivos de Estado para abrirem suas portas à pesquisa histórica. Assiste-se então ao surgimento de vários arquivos nacionais, entre eles o da Inglaterra, em 1838. No Brasil, o Arquivo Público do Império também foi fundado em 1838, no momento de afirmação da independência do país. (COSTA, 2000, p. 2).

Existe uma grande carência de pesquisas a respeito da história das Instituições Arquivísticas do Brasil. Abaixo elencamos alguns trabalhos publicados sobre o tema.

Iniciamos com a tese de doutorado de Cougo Junior (2020), intitulada: “A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil”, que tem por objetivo analisar a patrimonialização cultural de arquivos no Brasil. A investigação visa compreender como se dá o processo de conformação do patrimônio cultural arquivístico brasileiro a partir de suas dimensões políticas, sócio-históricas e técnicas. Neste sentido, o estudo busca identificar os agentes sociais envolvidos na patrimonialização, assim como suas práticas, discursos e ações. Propõe, ainda, um debate crítico sobre o processo de patrimonialização de arquivos na contemporaneidade. (COUGO JUNIOR., 2020).

Ivana Parrela (2012) traz em seu livro “Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional – Arquivo Público Mineiro 1857-1937”, um extenso trabalho detalhando com precisão as bases memoriais e políticas das iniciativas de preservação dos aspectos documentais do Arquivo Mineiro.

A dissertação de mestrado da historiadora Carmem Moreira Merlo: O palácio de papel: cem anos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: 1906-2006, Passo Fundo. 2010, traz um apanhado sobre a História dos cem anos do APERS. O objetivo principal do trabalho foi marcar a comemoração do aniversário de cem anos do Arquivo Público, reconstituindo a memória desta instituição que durante um século esteve intimamente ligada à própria história político-administrativa do Estado, tendo como ponto de partida compreender a história do Arquivo Público do Rio Grande do

Sul e interpretar sua atuação como instituição pública, modelo de desenvolvimento e progresso da República Rio-Grandense, inspirado nos ideais positivistas do início do século 20.

O APERS, a partir da dissertação de mestrado de Clarissa de Lourdes Sommer Alves, intitulada “Operações historiográficas em Arquivos? Uma análise sobre o ofício de historiadoras e historiadores em arquivos públicos estaduais brasileiros na atualidade”, iniciou uma série de publicações em seu Blog arquivopublicors.wordpress.com, no ano de 2019, contendo um apanhado geral sobre as Instituições Arquivísticas estaduais brasileiras na atualidade, as publicações foram divididas por regiões: Centro-Oeste; Nordeste; Norte; Sudeste; e Sul. Até o presente momento encontramos publicados apenas as informações a respeito da região Nordeste e Centro-Oeste.

Silvana de Fátima Bojanoski (2007), em sua dissertação de mestrado intitulada “Memória, História e Documentos Sacralizados: Um Estudo de Caso do Arquivo Público do Paraná (1976-1989)”, buscou compreender como são atribuídos diferentes valores, sentidos e significados aos documentos arquivísticos de uma instituição pública e, especialmente, de que forma tais representações influenciam na formação dos acervos documentais dos arquivos permanentes, mesmo o foco do trabalho não sendo a Instituição Arquivística, em um dos capítulos é abordado a institucionalização do Arquivo Público do Paraná.

No Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação - EREBD N/NE de 2012, SILVA, CARVALHO e ARRAES FILHO (2012), apresentaram o artigo intitulado: “Arquivo Público do Piauí: características de um patrimônio da informação”. O artigo tem o propósito de analisar detalhadamente o Arquivo Público do Piauí, enquanto instituição que trabalha com fontes documentais oriundas do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário do estado. Destaca-se a importância da instituição que proporciona acesso a fontes de informação para usuários que buscam conhecer os fatos ligados à história e ao cidadão piauiense.

A escassez de trabalhos científicos focados em detalhar as origens e funcionamento das instituições arquivísticas reforça a importância deste trabalho, apenas entendendo as raízes e motivações da criação das instituições pode-se dar seguimento ao importante papel desempenhado nos diversos períodos da história.

3.2 INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS

Este campo reúne pesquisas relativas às instituições arquivísticas e do desenvolvimento dos princípios e fundamentos da arquivologia. Neste sentido, Marques (2011, p. 28) sublinha que o estudo dos arquivos antigos, como instituições, torna-se indispensável para o entendimento da expansão do próprio pensamento arquivístico. (MATOS, 2012).

A expressão “Instituição Arquivística” vem sendo usada com frequência em trabalhos acadêmicos. Trata-se de um modelo moderno de “Arquivo² Público”, que tem por missão a gestão dos documentos correntes e intermediários. Fonseca (2005, p.39) utiliza em seu livro *Arquivologia e Ciência da Informação* o termo “instituição arquivística” para se referir a origem dos Arquivos Públicos que conhecemos:

(...) as instituições arquivísticas, como hoje as concebemos, remontam à criação, em 1789, do Arquivo Nacional da França, primeiramente como Arquivo da Assembleia Nacional e depois transformado, em 24 de junho de 1794, no estabelecimento central dos arquivos do Estado (...). (FONSECA, 2005, p.39).

Jardim (2011, p.1583) define as instituições arquivísticas públicas como aquelas organizações cuja atividade-fim é a gestão, recolhimento, preservação e acesso de documentos produzidos por uma dada esfera governamental (ex: Arquivo Nacional, os Arquivos Estaduais e os Arquivos Municipais)”. Apesar desse uso recorrente nos trabalhos a expressão não consta nos dicionários de terminologia da área de Arquivologia.

Em alguns glossários e terminologias de Arquivologia, a ausência do termo “instituição arquivística” parece encontrar explicação na pouca discussão teórica a respeito. Ainda que possa ser identificado com frequência na literatura arquivística, a noção de instituição arquivística carece de maior densidade como categoria teórica. De outro lado, tende-se a associar “instituição arquivística” e “arquivo público” como termos sinônimos, privilegiando-se o segundo. (JARDIM, 2018, p.4)

Ainda, segundo Jardim (2011), os dicionários de terminologia arquivística trazem “instituição arquivística” como sinônimo de “Arquivo Público”. Este, entendido

² Ao longo deste trabalho, utilizaremos a palavra “arquivo”, com a inicial minúscula, quando nos referirmos a massa documental e o mobiliário utilizado para a guarda dos documentos, já a palavra “Arquivo” com a inicial em maiúsculo, quando nos referirmos a entidades e organizações que fazem a gestão da massa documental.

como “entidade coletiva pública, independentemente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.35). Ambos os termos tendem a destacar especialmente os documentos arquivísticos permanentes.

A definição “arquivo” é usada tanto para designar um conjunto de documentos quanto às entidades, órgãos e serviços responsáveis pelos mesmos. Isso pode dificultar o entendimento do termo arquivo enquanto instituição pública ou privada responsável pela gestão e organização da massa documental. Como dito acima, os dicionários de terminologia arquivística trazem o termo “Instituição Arquivística” como sinônimo de “Arquivo Público”. Por isso, utilizaremos ao longo deste trabalho as expressões “Instituição Arquivística” para nos referirmos aos “Arquivos Públicos” por acharmos que este termo define melhor o que é a entidade responsável pela gestão e organização de massas documentais.

Mariz (2012) aborda em seus estudos que a instituição arquivística tal como a conhecemos hoje consolidou-se a partir de fatores como a urbanização das sociedades, a formação dos Estados nacionais e o conseqüente aumento das instituições públicas.

Segundo Fonseca (1998) o modelo pioneiro de instituição arquivística, criado na França, foi reproduzido em larga escala na Europa e nas Américas, buscando adequá-lo às necessidades de cada país. Estabeleceu-se, assim, um modelo institucional que permaneceu até início do século XX, para o qual a “instituição arquivística é aquele órgão responsável pelo recolhimento, preservação e acesso dos documentos gerados pela administração pública, nos seus diferentes níveis de organização” (FONSECA, 1998, p. 38). Após a II Guerra Mundial essa concepção sofreu alterações em relação a forma da gestão dos documentos, a qual revolucionou a arquivologia tradicional, as instituições arquivísticas ampliaram seu espectro e funções, e foram obrigadas a reformular suas estruturas e a redefinir seu papel (FONSECA, 1998, p. 38).

Ainda segundo Fonseca (2002):

A criação do Arquivo Nacional da França (1789) marca o surgimento das instituições arquivísticas, com o “estabelecimento central dos arquivos do Estado, ao qual foram subordinados os depósitos existentes nas províncias. Para estes depósitos deveriam ser recolhidos os documentos produzidos pelos diferentes níveis da administração pública na França” (FONSECA, 2004, p. 63).

Também, segundo Jardim (1987), o modelo brasileiro de Instituição Arquivística sofreu influência do modelo europeu, tendo como base a tradição arquivística dos documentos históricos como instrumento de pesquisa.

[...] na Europa a tradição arquivística desenvolveu-se sobretudo a partir da característica dos arquivos como fonte de pesquisa retrospectiva. Deve-se ressaltar, neste sentido, a profunda influência européia no funcionamento dos arquivos públicos brasileiros (JARDIM, 1987, p. 36).

Como podemos observar após sua origem nos Arquivos da França, os modelos de Instituição Arquivística se espalham por vastas regiões do mundo levando consigo traços de sua origem, os quais foram se somando às especificidades de cada país. Devido a um processo crescente da produção documental, no pós II Guerra Mundial esses modelos sofreram reformulações, gerando modificações na concepção de Instituição Arquivística e levando a ampliação do seu papel e função em relação à gestão dos documentos e em suas estruturas. Foi a partir dessas mudanças que as Instituições Arquivísticas passaram a ser os órgãos responsáveis pela gestão, recolhimento, preservação e acesso aos documentos gerados pela administração pública, nos seus diferentes níveis de organização.

Podemos concluir que o fato de ter pouco estudo sobre as instituições pode ser o fator de não ter sido encontrado até o momento pesquisa específica sobre o conceito “instituição arquivística”.

Segundo Jardim (2011),

Há um profundo desconhecimento, por parte do Estado e sociedade brasileiros, sobre a situação das instituições arquivísticas brasileiras. A situação dos arquivos estaduais e municipais tem sido objeto de reflexões eventuais ao longo dos congressos e seminários dedicados ao tema, embora não existam informações sistemáticas sobre esse universo das instituições arquivísticas públicas. (JARDIM, 2011, p. 8-9).

Como podemos observar nas palavras de Jardim (2011), às poucas pesquisas sobre as Instituições Arquivísticas públicas não são suficientes para se ter o real conhecimento da situação das mesmas no âmbito público. Conhecer as Instituições e como se dá sua gestão pode auxiliar num melhor entendimento da população e dos gestores da importância dos Arquivos e das informações contidas em suas massas documentais, e com isso ter mais incentivos para a gestão, preservação e acesso dos arquivos.

COOK (2018), traz uma definição do pensar a arquivologia que podemos concluir que é uma das mais completas:

A meu ver, essas são as questões centrais da história da arquivologia. De que modo, por exemplo, ao construir as “casas de memória”, os arquivistas refletiram essas realidades sociais em constante mudança e essas lutas pelo poder? De que modo as teorias, os conceitos e as estratégias arquivísticas refletiram as estruturas dominantes e o etos social de sua própria época? Em quais fundamentos – e refletindo quais valores cambiantes – se apoiaram os arquivistas para decidir quem deveria ser admitido em suas casas de memória e quem deveria ser excluído? Para responder a essas questões, precisamos de uma história intelectual de nossa profissão. Precisamos compreender melhor nossas próprias políticas da memória, as ideias e premissas que nos influenciaram, se quisermos que nossas “casas de memória” reflitam mais fielmente todos os componentes das complexas sociedades a que pretendem servir. (COOK, 2018, p. 19).

Com esta contribuição de COOK (2018), fica claro a necessidade de se conhecer as Instituições arquivísticas do país, entender suas constituições, conhecer seus agentes e os motivos de sua criação. E esse é o objetivo deste trabalho conhecer a Instituição Arquivística Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

3.3 HISTÓRIA INTELECTUAL

Neste tópico vamos discorrer sobre a origem e o conceito de História Intelectual. Segundo Souza (2017), a “História Intelectual pode ser definida tanto como uma disciplina quanto um campo de estudo, cujos objetos, abordagens e perspectivas de análise são variadas e interdisciplinares”.

Existe uma discordância entre historiadores, sobre qual definição melhor exprime a história intelectual, história das idéias ou história do pensamento político. Segundo Marcos Antônio Lopes (2000) afirma que, sob todos esses epítetos esconde-se um dos domínios de investigação histórica até recentemente bem pouco conhecido e por demais incompreendido (REIS, 2012, p.1). Para alguns historiadores o termo “história das ideias” diria respeito a uma perspectiva de pesquisa na qual se estudaria as ideias em si, sem nenhuma relação com seus contextos de produção (DARNTON, 2010). Para outros, como a história das ideias e história intelectual seriam formas de denominar um mesmo domínio historiográfico, o qual possui como objetivo principal analisar a historicidade das ideias produzidas ao longo do tempo por homens e mulheres em diversas esferas da sociedade (SILVA, 2015).

José D'Assunção Barros (2008)

situou a história das ideias como um domínio historiográfico, ou seja, uma subdivisão da história que tem como foco de estudo o campo temático da relação entre as ideias e a história, e que ao longo do século XX conheceu uma abordagem que estudava as ideias em si, sem relação com os contextos de produção, até uma história social das ideias, “onde é tarefa primordial do historiador compreender e constituir um contexto social adequado antes de se tornar íntimo das ideias que pretende examinar. (BARROS, 2008, p. 04).

Ricardo Oliveira da Silva e Fabrício Antônio Antunes Soares (2018) destacaram que a história das ideias é o estudo dos significados produzidos por homens e mulheres ao longo do tempo e legados à posteridade.

Para Jorge Myers:

A história intelectual consiste em uma exploração da produção doutra realizada pelas elites letradas do passado, enfocada a partir de uma perspectiva que considera a própria condição de inteligibilidade histórica dessa produção como derivada de sua reinserção (por parte do pesquisador) em um contexto social e cultural – simbólico e material – historicamente específico que, na maioria dos casos, será o contemporâneo dessa produção (MYERS, 2016: 24-25). (apud SILVA 2018, p.29)

Claudia Wasserman (2015), apresenta em sua pesquisa abordagens de autores sobre a chamada “história intelectual”, proposta por John Pocock e Quentin Skinner, que está baseada na tradição da filosofia da linguagem, segundo a qual o discurso intelectual precisava ser interpretado a partir dele mesmo, das intenções e do contexto de enunciação. (WASSERMAN, 2015, p. 63)

Já Dominick La Capra (1998), propõe que

a história intelectual seja apreciada como uma subdisciplina dentro da historiografia ou de outras disciplinas como a crítica literária ou a filosofia, mas argumenta a favor de uma “especificidade relativa”. Significa, no entendimento de La Capra, dizer que a história intelectual pode explorar questões e utilizar técnicas diferentes que permitem uma articulação produtiva com a história social (p. 238) (WASSERMAN, 2015, p. 66).

A História Intelectual apresenta-se como um campo fundamentalmente interdisciplinar que promove um diálogo entre a história das ideias, da filosofia, das ciências e da cultura.

Segundo Carvalho (2000), a história intelectual, ou história das ideias, estudada no Brasil, resumia-se até muito recentemente a dois tipos de abordagem, sendo eles:

O primeiro, de longa tradição, aproximava-se da prática, usada na filosofia, de expor o pensamento de cada pensador isoladamente. Era uma história centrada no pensador, cujas idéias supunha-se possível interpretar com exatidão. Os autores com preocupação histórica acrescentavam à reprodução das idéias algum esforço no sentido de situar o pensador em seu

contexto social. A vinculação entre idéia e contexto era mais ou menos estreita de acordo com a convicção metodológica de cada autor. Exemplos desse tipo de trabalho são as várias histórias do pensamento político, jurídico, filosófico, sociológico, econômico etc., todas de inegável utilidade. (CARVALHO, 2000, p. 123).

Segundo Carvalho (2000), alguns historiadores agrupavam as ideias segundo correntes de pensamentos, essas correntes eram basicamente definidas de acordo com as categorias clássicas de liberalismo, positivismo, socialismo, fascismo, alguns buscavam classificações conforme o pensamento conservador, autoritário etc. Apesar de serem os únicos estudos disponíveis careciam de qualquer discussão metodológica sobre a natureza do exercício que se fazia, sendo que já estavam disponíveis os trabalhos de Arthur O. Lovejoy, que foram os marcos iniciais da criação da disciplina ou subárea de conhecimento hoje chamada de história das ideias ou história intelectual. A autoria era o determinante principal, não tendo qualquer análise sobre linguagem, texto, ou escritura, ficando à margem dos debates e das teorias sobre o tema desenvolvido nos últimos 50 anos. Mais recentemente combinam-se análise de pensadores, corrente e de contexto institucional.

O segundo grupo de abordagem:

... grupo de estudos prende-se mais às ciências sociais do que à história ou à filosofia. Com poucas exceções, é menos abrangente, não busca fazer histórias gerais de idéias, limita-se a um ou outro autor, ou a uma temática. Pode-se dizer que a inspiração predominante desses trabalhos provém da sociologia do conhecimento tributária de Marx e Mannheim. Predomina o esforço, agora mais sistemático do que no grupo anterior, de interpretar as idéias como ideologias vinculadas a interesses de grupos e classes sociais, ou mesmo do Estado. (CARVALHO, 2000, p. 124).

Os países pós-coloniais apresentam certas características semelhantes em sua história das ideias e/ou história intelectual, conforme abordado por Carvalho (2000):

Apesar desses avanços, é preciso reconhecer que há ainda pouca problematização na prática da história intelectual no Brasil. As incorporações de novas abordagens têm sido feitas de maneira um tanto informal e fragmentada. A crítica literária tem avançado muito mais rápido e tem ido mais longe sobretudo, como era, aliás, de esperar, na incorporação do debate linguístico e da teoria da recepção. A fecundação mútua entre a crítica literária e a história intelectual certamente poderia trazer avanços mais significativos.

Tem faltado, sobretudo, uma reflexão mais aprofundada sobre os problemas específicos enfrentados pela história intelectual em países pós-coloniais. A proximidade ocidental, gerada em um processo de dominação colonial de longa duração, torna particularmente complexa a tarefa de interpretar a vida

intelectual desses países. Não se quer com isso dizer que sejam eles os únicos a importar idéias. A circulação de idéias é fenômeno universal. [...] No caso da colônia portuguesa, o controle era ainda muito mais rígido, uma vez que se proibiu a criação de universidades e escolas superiores na colônia, obrigando-se os coloniais a buscarem o ensino superior na metrópole. (CARVALHO, 2000, p.126)

Independentemente de como os historiadores agruparam (por categorias clássicas, pensamentos etc.) com interferência ou não do contexto a história intelectual ou história das ideias, devemos destacar a interdisciplinaridade como o elemento chave, pois mesmo nos casos que a história é centrada no pensador ela possui fundamentos de diversas vertentes. Pode-se destacar a interdisciplinaridade como o principal ponto de convergência entre os diversos autores, já itens como contexto, modo de agrupar e classificar as ideias temos uma gama diversificada de opiniões. Para a nossa realidade de país pós-colonial ainda temos uma caminhada em relação a maior problematização da prática da história intelectual.

4. METODOLOGIA

Este trabalho foi elaborado utilizando a metodologia qualitativa, e os métodos técnicos foram o bibliográfico e o documental. Segundo Godoy (1995, p. 21), a pesquisa qualitativa é aquela onde “o pesquisador vai a campo buscando ‘captar’ o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes”. Ainda segundo o mesmo autor, a pesquisa qualitativa se divide em três tipos, sendo elas: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. Já a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2008). A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública, por exemplo em jornais, revistas, teses, monografias. A pesquisa quantitativa foi utilizada, com o auxílio da pesquisa bibliográfica, para responder ao problema do trabalho, pois esse tipo de pesquisa permite uma análise mais profunda em relação ao assunto que está sendo estudado. Para esse estudo foi utilizada a pesquisa documental ou bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida acessando os documentos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de buscar informações sobre a sua origem, estrutura e organograma. Essa pesquisa foi fundamental pois, como a instituição é bastante antiga, não era possível realizar entrevistas ou conversas com os seus fundadores, dependendo assim dos arquivos do próprio APERS, além de informações disponibilizadas no Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Parte da pesquisa foi *in loco*, pois grande parte da documentação não está em meio digital.

Os documentos analisados em sua grande maioria remetem à criação e estruturação do Arquivo. São leis, decretos e regulamentos, disponíveis no acervo digital do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, onde também constam os relatórios das atividades do Arquivo Público enviados pelo diretor-geral da instituição ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior do Rio Grande do Sul. Outras fontes de pesquisa foram o decreto de criação do Arquivo Público (Decreto nº 876, de 08 de março de 1906); o decreto de desanexação do APERS (Decreto nº 1.435, de 11 de fevereiro de 1909); a primeira edição da *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, editada o ano de 1921; os Regulamentos do Arquivo Público (1906); a mensagem enviada à Assembleia dos representantes do Estado do Rio

Grande do Sul pelo presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros (em 20 de outubro de 1905); e o website do APERS;

Foi realizado também um levantamento dos nomes dos primeiros funcionários do Arquivo Público e seus respectivos cargos, informações retiradas da 1ª edição da *Revista do Arquivo Público* e também dos relatórios do diretor e do chefe da 1ª seção da instituição.

Além disso, foram realizados estudos sobre a influência do positivismo na constituição do APERS. As fontes de pesquisa do positivismo foram, principalmente, o livro *O Positivismo e a Constituição Rio-grandense de 14 de julho de 1891* (DIDONET, 1977) – que traz um apanhado geral da influência do positivismo na estruturação do Estado e conseqüentemente do Arquivo Público –, a dissertação de mestrado da historiadora Carmem Moreira Merlo – intitulada *O palácio de papel: cem anos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: 1906-2006* (2010) e o trabalho de conclusão de curso em Arquivologia de Soares (2019). A obra que ajudou a nortear a pesquisa foi *Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional – Arquivo Público Mineiro 1857-1937, de Ivana Parrela* (2012), o qual traz uma pesquisa sobre o Arquivo Público de Minas Gerais servindo de inspiração para esta investigação.

O desenvolvimento da pesquisa teve momentos de interrupções e incertezas, pois, no decorrer do período, tivemos a pandemia do Covid-19 e problemas de saúde com um familiar, o que causou afastamento das atividades da graduação por alguns meses levando a quase desistência da conclusão do Curso de Arquivologia.

Em decorrência da pandemia, várias atividades de pesquisa no APERS foram interrompidas. Como as principais fontes de pesquisa estavam no Arquivo, não foi possível consultá-las e dar continuidade no trabalho. Quando o atendimento ao público foi retomado, as pesquisas recomeçaram. Ressalta-se que foi bem difícil localizar os relatórios do diretor geral e dos chefes de seções, pois os mesmos não estavam nos catálogos do Arquivo e nem se tinha informação de onde poderiam ser localizados, só sabíamos da existência dos mesmos pois no regulamento original da instituição consta a obrigatoriedade da elaboração dos relatórios e o envio para os representantes do Estado. Após duas visitas ao Arquivo Público, várias consultas ao seu catálogo e conversas com as arquivistas da instituição (por e-mail e presencialmente) foi possível localizar os relatórios. A localização de tais documentos só foi possível graças ao apoio do responsável pela sala de pesquisas do APERS,

Álvaro Klafke, que realizou uma busca mais aprofundada sobre os relatórios, localizando-os no website do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, onde estão arquivados os documentos enviados aos secretários de Estado. Nestes documentos são relatadas as atividades desenvolvidas anualmente no Arquivo. Álvaro Klafke nos enviou por e-mail o endereço eletrônico e o passo a passo para localização dos documentos no website do Memorial.

Após a localização dos relatórios realizou-se a filtragem das informações referentes ao Arquivo Público, pois nos relatórios constam as informações de várias repartições e departamentos do governo do Estado. Feito isso teve início a análise dos relatórios e a definição de como as informações seriam apresentadas no trabalho. Optou-se, então, por manter a ordem cronológica para não perder o fluxo de informações e o entendimento de como se deu o desenvolvimento do APERS nos seus anos iniciais.

Os relatórios têm duas versões entre os anos de 1906 e 1908: a versão inicial, que o chefe de seção enviava para o diretor geral; e a versão que o diretor geral enviava com base no relatório do chefe de seção para o Secretário de Estado. A partir de 1909, com a desanexação do Arquivo da Biblioteca e Estatística, o diretor geral passa para o cargo de diretor do Arquivo Público e a elaboração e envio do relatório torna-se sua responsabilidade.

Na primeira visita realizada no APERS após a pandemia foi localizado, em meio físico, o regulamento do Arquivo Público publicado junto com o decreto de sua criação, em 1906. Também foi localizado o primeiro volume da *Revista do Arquivo Público*, referente ao ano de 1921, onde constam as informações sobre a criação do APERS, seus primeiros cargos e funcionários e as contestações realizadas por parte da sociedade sobre o recolhimento dos documentos ao Arquivo, entre outros documentos. Nesta visita foi realizada a captura de imagens destes documentos, mas, em virtude de problemas técnicos, foi necessária uma segunda ida até a Instituição para obter novamente as imagens. Este foi mais um dos motivos que gerou atraso no desenvolvimento da pesquisa.

Além dos documentos localizados no APERS e no Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, também foram fontes de pesquisas diversos artigos, dissertações e teses sobre o Arquivo Público e as influências do positivismo na sua criação, como pesquisas para dar embasamento teórico ao trabalho relativo aos termos Instituição Arquivística, História dos Arquivos e História intelectual. Foram consultados trabalhos

de Terry Cook, José Maria Jardim, Francisco Alcides Cougo Junior, entre outros, os quais trouxeram grandes contribuições para a pesquisa. Estes trabalhos constam ao longo da pesquisa.

5. RESULTADOS

Neste capítulo iremos apresentar os aspectos políticos, sociais e culturais que envolveram a criação do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs). Segundo o histórico apresentado no website do próprio APERs, o contexto de sua criação se deu com a consolidação dos princípios da doutrina positivista no Estado, a qual visava um governo que deveria ser administrado de acordo com os ditames de uma racionalidade centralizadora e elitista:

No Estado consolidava-se a influência da doutrina positivista sobre a política, a economia e a organização sociocultural. O positivismo pautou, em muitos aspectos, os governos estaduais da Primeira República, com Júlio de Castilhos, Carlos Barbosa e Borges de Medeiros. Tratava-se de um ideário com propostas que alteravam a feição do Estado, o qual deveria ser administrado de acordo com os ditames de uma racionalidade centralizadora e elitista. Tal projeto foi responsável por um período de relativa diversificação econômica e de inegável modernização da máquina pública, colocada a serviço, em grande medida, da manutenção do PRR no poder.

[...]

Uma administração moderna e forte, tal como era entendida na época, necessitava de equipamentos públicos que representassem essas características. Assim, o período foi rico em criação de obras e instituições que alteraram a feição do Estado e, principalmente, de sua capital. Nesse contexto, foi idealizada a criação de um Arquivo Público, que, afinal, acabaria se constituindo em um dos mais significativos símbolos da administração castilhistaborgista. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2022)

Como dito acima, a doutrina positivista causava grande influência na política, na economia e na organização sociocultural no Estado. O ideário positivista tinha como proposta uma administração com ditames racionalista, centralizadora e elitista, trazendo com isso uma modernização da máquina pública. Para um bom funcionamento do aparato administrativo, o resguardo da documentação era fundamental e, em decorrência desta necessidade de guarda, foi criado em 8 de março de 1906 o Arquivo Público do Estado do Rio grande do Sul:

Em 8 de março de 1906, por meio do decreto 876, o Presidente do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros, determinou a construção do Arquivo Público do Estado, compondo a Repartição de Arquivo Público, de Estatística e da Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul, subordinada à Secretaria do Interior e Exterior. Conforme o documento, seriam atribuições da instituição “adquirir e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos concernentes à legislação, à administração, à história, à geografia, às artes e indústrias do Rio Grande do Sul”. O texto correspondia aos preceitos do positivismo, para o qual o resguardo da documentação era fundamental ao funcionamento da máquina pública. Além disso, a concentração de acervos em Porto Alegre coadunava com a concepção centralizadora do Estado e pretendia impedir sua dispersão em arquivos locais. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2022)

Segundo MERLO (2010) os republicanos Rio-grandenses retiraram do ideário positivista os princípios que melhor se adaptavam às aspirações e problemas locais. Em termos políticos a proposta positivista da República era a formação de um governo autoritário e centralizador, e o poder seria controlado pelos dirigentes filiados ao partido. Para os republicanos, portanto, ter a posse dos documentos do Estado era uma forma de poder.

MERLO (2010) contextualiza a influência da doutrina de Augusto Comte na idealização do APERS.

Para compreender a história do Arquivo Público do Rio Grande do Sul foi preciso acompanhar sua atuação como instituição pública, proposta de desenvolvimento e progresso da República Rio-grandense, inspirados nos ideais positivistas no início do século 20. No intuito de dotar a administração pública de uma repartição exclusiva para a guarda e preservação dos documentos da província referentes à administração pública, à história e à geografia do Rio Grande do Sul, o presidente da Província, Borges de Medeiros, organizou o Arquivo Público Provincial, demonstrando a filosofia preservacionista do século 19". (MERLO, 2010, p. 6).

CACHAFEIRO (2018) contribui para o entendimento da influência do positivismo no Rio Grande do Sul, e conseqüentemente no Arquivo Público:

A implantação do regime republicano no Estado do Rio Grande do Sul teve Júlio de Castilhos e seus seguidores - correligionários no PRR, com forte orientação positivista, o esteio necessário à consolidação da república no sul do Brasil. Desse modo, o governo de Júlio de Castilhos iniciou as primeiras ações administrativas com o objetivo de dotar e estruturar as primeiras instituições públicas do Estado do Rio Grande do Sul, de forma a dar suporte à ação de "Estado" durante o último decênio do século XIX. (CACHAFEIRO, 2018, p. 26).

Segundo SOARES (2019) "as práticas desenvolvidas pelos agentes do APERS foram defendidas como de cunho racional e científico, típico de uma concepção positivista".

A formação do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), no início do século XX, está intrinsecamente relacionada à influência do pensamento positivista, mas sobretudo, a uma questão *sui generis*: a particularidade do republicanismo sul-rio-grandense. A "Era Borges" foi um período de embates políticos, de repressão aos movimentos sindicais e, singularmente, da defesa de um projeto de governo. (SOARES, 2019, p 11)

Ainda nas palavras de SOARES

O período conhecido como República Velha (1889-1930) teve como cenário uma série de transformações no espectro político e social e, de certa forma, no âmbito econômico do país. [...] o Rio Grande do Sul passou por um processo *sui generis*, onde um movimento político conhecido como castilhismo, tomou a frente do poder através do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), elevando o pensamento positivista ao poder e o colocando como doutrina de Estado, a qual realmente amparou todo um aparato de controle e repressão (2019, p. 15).

MERLO (2010) discute a forte influência do pensamento positivista de Auguste Comte na ideologia do PRR, a qual proporciona a República Rio-grandense um cunho notável na política nacional.

A doutrina positivista de Augusto Comte é a influência para muitas construções. Os prédios e monumentos foram construídos numa fase em que o positivismo era um ideal de forte influência política, econômica, social e estética na cidade e no País. O positivismo procurava entender a sociedade e todas as coisas com um olhar científico, com caráter autoritário, afastando-se de tudo que não fosse comprovado. A exatidão e o lema positivista de ordem e progresso estão muito presentes na história e na arquitetura da cidade. Os fundamentos ganharam valor, principalmente nos projetos estéticos e decorativos das construções da cidade, a partir do século 20. (MERLO, 2010, p. 111)

Influenciado pelos ideais positivistas, Borges de Medeiros pretendia com a criação do Arquivo Público “*criar uma repartição que prestasse serviços, reunindo, conservando e catalogando, evitando a dispersão e o desaparecimento de documentos necessários à administração do Estado, pondo-os à disposição dos interessados*” (MERLO, 2010, p. 119, grifo nosso). Devido às dificuldades financeiras dos primeiros anos dos governos de Borges de Medeiros, que levaram ao adiamento de diversos projetos, a construção da sede própria do Arquivo Público realizou-se apenas durante o governo de Carlos Barbosa (1908-1913). Em 20 de setembro de 1908, foi determinada a construção da sede própria do Arquivo Público, a fim de solucionar de forma definitiva o problema de espaço para a guarda documental que era uma queixa recorrente por parte dos diretores do Arquivo Público desde sua origem. Entre os anos de 1908 a 1910 foram adquiridos os terrenos onde foi realizada a construção da atual sede do Arquivo Público, na rua Riachuelo, Centro Histórico de Porto Alegre. Conforme Merlo:

A localização proposta ao Arquivo Público era peculiar. O projeto do prédio não pretendia apenas construir um edifício novo para o Arquivo. Ele propunha a construção de um prédio administrativo modelar, em localização central, nas vizinhanças da Praça Marechal Deodoro, coração geográfico da capital e do estado. (MERLO, 2010 p. 125)

Apesar de ter sido criado em 1906, a constituição de um arquivo público no Rio Grande do Sul já estava presente em projetos anteriores, como apontam as fontes consultadas por esta pesquisa. Analisemos, portanto, os detalhes desta trajetória pregressa.

5.1 ANTES DA CRIAÇÃO DO ARQUIVO

Embora o APERS tenha sido criado em 1906, no ano de 1848 já havia a tentativa de criação de uma repartição que seria incumbida de reunir e conservar os documentos que interessassem a história e a geografia do Estado do Rio Grande do Sul:

No intuito, sem duvida, de dotar a administração publica de um repartição exclusivamente incumbida de reunir, conservar e catalogar os archivos legislativos e administrativos da Provincia e os documentos de origem official que interessassem particularmente á historia á geographia do Rio Grande do Sul, a Assembléa, 1848, inseriu na lei do orçamento para o anno financeiro de 1848 a 1849 uma disposição especial, providenciando sobre a organização de um <<Archivo Publico Provincial>>, sob a inspecção e direcção do Secretario do Governo. (Lei n. 150 de 5 de agosto de 1848). (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1921, p.5)³

A tentativa de criar uma repartição que fosse responsável pelos documentos da Província foi negada pelo presidente José Antônio Pimenta Bueno, sob a alegação de que o Governo Imperial já havia criado, no Rio de Janeiro, uma repartição encarregada pela guarda dos documentos. Mencionando o Regulamento de 2 de janeiro de 1838, que estabeleceu o Archivo Público do Império, Pimenta Bueno opinou que mais conviria ter o Arquivo Provincial outro destino e fins. O Presidente julgava que a repartição deveria ser o Arquivo dos Engenheiros Provinciais, onde fossem realizados os levantamentos e cópias das plantas e dos trabalhos, mapas topográficos e a Carta da Província, e onde fossem guardados metodicamente os desenhos, orçamentos e descrições das obras públicas. (REGULAMENTO DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, ESTATÍSTICA E BIBLIOTECA, 1906, p. 5)

A criação de um arquivo provincial no Estado do Rio Grande do Sul não competiria com o Archivo Público do Império, pois no arquivo do Estado estariam reunidos documentos e informações necessárias à administração provincial/estadual, impedindo a sua dispersão e facilitando o acesso.

Segundo MERLO (2010)

...em consequência da objeção pouco feliz de Pimenta Bueno, o presidente da província, pela Lei do Orçamento, nº 199, de 05 de dezembro de 1850, art. 3º, inciso III, do arquivo público, ficou autorizado a: remover para estabelecimento que melhor convier, os papéis e demais objetos pertencentes à Estatística e ao Arquivo Público, cujas Repartições ficam extintas, incumbindo-se a guarda daqueles do Oficial Maior da Secretaria da Assembleia Provincial, que para coadjuv-lo poderá chamar a qualquer dos outros empregados da mesma Secretaria. (MERLO 2010, p. 38)

Em 1905, em virtude do crescente desenvolvimento do Estado, foi realizada uma nova tentativa de institucionalização do arquivo, desta vez através do então

³ Nas citações manteremos a grafia da época.

Presidente do Estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros, que se inspirou nos moldes de instituições que já existiam em outros Estados.

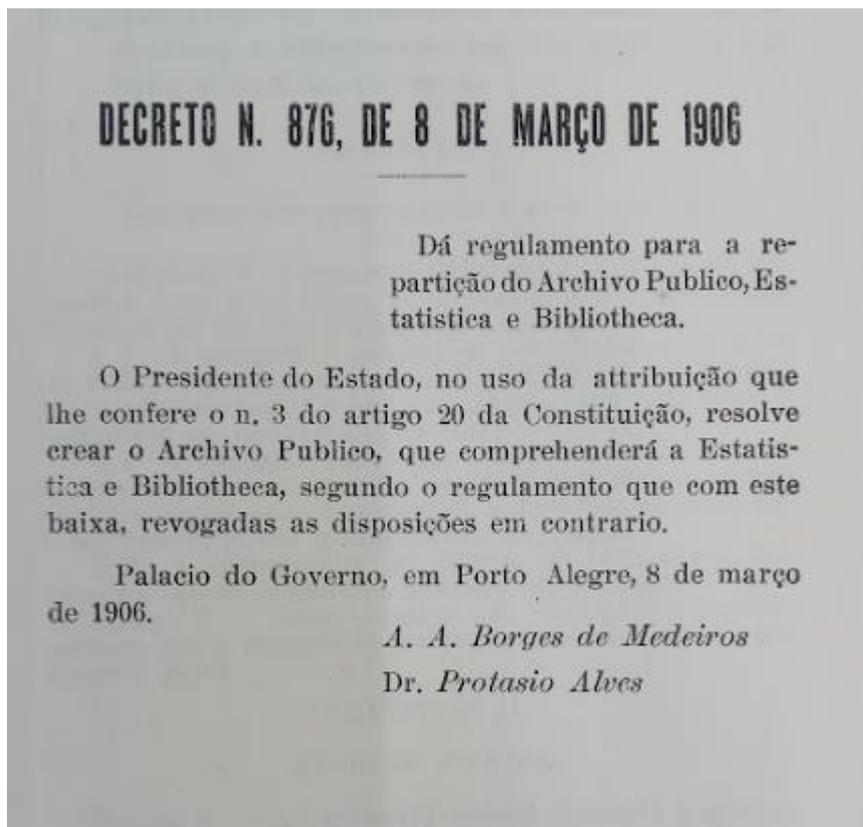
Attendendo ás vantagens que adviriam da criação de uma Repartição dessa ordem, criação que se não deveria protelar por mais tempo em virtude do crescente desenvolvimento do Estado sob qualquer dos seus multiplos aspectos, o Governo projectou a organização, em 1905, de um Archivo Publico, nos moldes dos que já existiam nos outros Estados; e, na mensagem enviada á Assembléa dos Representantes em 20 de Setembro desse anno, o eminente dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado, annunciava o projecto dessa organização, cuja utilidade, - como se expressou S. Exa. -, <<patentea-se pelo proprio fim, que é o de colligir e conservar tudo quanto possa interessar ao Rio Grande do Sul, sob o ponto de vista de sua formação, do seu desenvolvimento politico, da administração publica e, em summa, do progresso em todas as manifestações de actividade scientifica, litteraria e artistica>>. (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1906 p.7)

Após a tentativa frustrada de criação de Arquivo Público para o Estado, Borges de Medeiros em 1905 dá início a criação de uma repartição com o objetivo de recolher e conservar a documentação de interesse do Rio Grande do Sul. A seguir percorremos o caminho da construção da Instituição Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

5.2 A CRIAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO

Com o decreto 876, instituiu-se o Arquivo Público do Estado, juntamente à Estatística e Biblioteca do Rio Grande do Sul, subordinado à Secretaria do Interior e Exterior, iniciando os seus trabalhos em 15 de março de 1906 no pavimento térreo do edifício da Escola Complementar (antigo Lyceu), em salas de propriedade do Estado, onde funcionava a Inspetoria Geral da Instrução Pública, na rua Duque de Caxias, esquina com a rua Marechal Floriano, no Centro de Porto Alegre. A repartição teve como primeiro diretor Carlos Emilio Haag.

Figura 1 - Decreto de criação do APERS, 1906.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

A partir da criação do arquivo haveria um local de guarda de “documentos de grande valia concernentes á administração publica, á fortuna particular e ao patrimonio moral do Estado” (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1906, p.8). Em relatório apresentado por Protásio Antônio Alves ao então presidente da província, Borges de Medeiros, foi salientada a reconhecida importância do Arquivo Público:

A criação do Arquivo Publico era uma necessidade de longa data reconhecida. Documentos de alto valor historico, outros interessando a propriedade particular, estavam espalhados, sendo muitos delles pouco cuidados por aquelles que sob sua guarda os tinham, com responsabilidade limitada por obrigações de outra ordem. Attendendo a isso, expedistes o decreto n. 876, de 8 de março deste anno, creando a repartição, annexando-lhe a Bibliotheca Publica e a secção de estatística, que fazia parte da Repartição Central. Nomeado, a 14 do mesmo mez, o sr. capitão Carlos Emilio Haag para director geral, entrou logo esse intelligente empregado em exercicio e actividade. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1906 p.11)

O arquivo foi criado com o objetivo de:

colligir conservar e classificar systematicamente, não só os documentos relativos á legislação e á administração do Estado, da União e dos Municipios, e os concernentes á historia, á geographia, ás artes e industrias do Rio Grande

do Sul, mas ainda os documentos de venda e cessão de terras, os autos fundos de jurisdição contenciosa, inventários, medições, livros de notas, registos de testamentos, nascimentos, casamentos e obitos. (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1921, p. 07)

O documento que oficializou a criação e constituição do Arquivo Público já continha as principais diretrizes e incumbências de cada cargo, além das normas relativas ao funcionamento da Instituição. A esse respeito, citamos parte do texto original do Regulamento:

Do Arquivo Publico:

Artigo 3 A primeira secção compete a guarda e a catalogação dos documentos que lhe forem confiados, e especialmente dos seguintes:

I Originaes da Constituição Política do Estado e do respectivo projecto, bem como de todos os actos que com ella se relacionam.

II Impressos das leis organicas dos municipios.

III Originaes das leis e resoluções da Assembléa dos Representantes, da antiga Assembléa Provincial e do Conselho da Provincia.

IV Originaes das mensagens presidenciaes, das fallas e exposições dos antigos presidentes da Provincia.

V Annaes da Assembléa dos Representantes, da antiga Assembléa Provincial, da antiga Assembleia Ge ral e do Congresso Nacional.

VI Originaes das leis e regulamentos promulgados e expedidos pela Presidencia do Estado.

VII Originaes dos relatorios apresentados pelos secretarios do Estado ao Presidente, bem como dos dos chefes de serviço, e de alta importancia.

VIII Exemplares dos balanços do Thesouro do Estado e dos thesouros municipaes.

IX Collecção do jornal *A Federação*, desde a sua fundação.

X Antigas cartas de concessão e confirmação de sesmarias, relação dos processos de medição e demarcação de terras devolutas. Documentos de venda ou cessão das mesmas terras.

XI Originaes dos documentos dos bens pertencentes ao Estado.

XII Livros de registro de nomeação e posse dosfuncionarios.

XIII Originaes ou copias authenticas dos actos e documentos relativos á fundação de edificios publicos importantes, escolas, academias, associações de interesse publico.

XIV Originaes ou copias authenticas dos processos politicos instaurados ou que forem instaurados.

XV Mappas levantados por ordem do governo do Estado, memorias, estudos, tudo quanto interessar o conhecimento da geographia e historia do Rio Grande do Sul.

XVI Originaes ou copias authenticas das leis, alvarás, decretos, etc., relativos à capitania do Rio Grande do Sul.

XVII Copias authenticas do Tratado de 13 de janeiro de 1750 relativo á cessão dos Sete Povos de Missões; originaes ou copias da fundação do povoado do Rio Grande pelo brigadeiro José da Silva Paes, e de sua elevação á villa. Cópia dos trabalhos de Gomes Freire de Andrade com o marquez de Valdelirios, do padre Mathias Strabel e Lourenço Balda, da Companhia de Jesus. (REGULAMENTO DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, ESTATÍSTICA E BIBLIOTECA, 1906 p.5)

O quadro de pessoal da repartição do Arquivo Público, Estatística e Biblioteca era formado por 19 servidores, divididos entre diretor-geral, chefes de seções, primeiros, segundos, terceiros oficiais, além de porteiro, contínuos e serventes. Os

cargos de diretor-geral e chefes de seção eram de livre nomeação do Presidente do Estado; os demais eram preenchidos através de concurso público, onde cobrava-se o conhecimento em língua portuguesa, espanhola, francesa, aritmética, geografia e história do Brasil; ou ainda por outros servidores já pertencentes ao quadro do funcionalismo do Estado. (REGULAMENTO DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, ESTATÍSTICA E BIBLIOTECA, 1906 p.5)

A seguir apresentamos os nomes dos primeiros servidores do Arquivo Público Estatística e Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul que constam no relatório enviado pelo secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, Dr. Protásio Antonio Alves ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul Antônio Augusto Borges de Medeiros, em 15 de setembro de 1906.

Quadro 1 - Primeiros servidores do Arquivo Público Estatística e Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul

Servidores do Arquivo Público Estatística e Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul - 1906	
Diretor Geral	Carlos Emilio Haag
Arquivo:	
Chefe de seção:	Edmundo Gonçalves de Carvalho
1º oficial:	José Maurício de Oliveira Junior
2º oficial:	José Cláudio Monteiro
3º oficial:	Ezequiel Ubatuba
Estatística:	
Chefe de seção:	vago
1º oficial:	Arthur Gabriel Godinho
2º oficial:	Emilio de Castilhos
3º oficial:	vago

Biblioteca:	
Chefe de seção:	Victor Silva
1° oficial:	vago.
2° oficial:	José Alves Ferraz d'Elly.
3° oficial:	vago
Porteiro:	Fernando José d'Oliveira Dócca.
Contínuos:	Pedro José de Leão e Antero Joaquim de Freitas.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1906

Segundo o mesmo relatório de 1906, a proposta de orçamento para as despesas com pessoal e material de expediente do Arquivo Público para o ano de 1907 foi de 59:990&000 réis.

Em 14 de março de 1906 o Capitão Carlos Emilio Haag foi nomeado como diretor-geral do Arquivo Público. Até então, Haag exercia a função de diretor da 2ª diretoria Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, além de ser oficial de gabinete.

As competências do diretor-geral foram descritas no Art. 10 do Regulamento do Arquivo, publicado em 1906. Dentre outras atribuições, cabia à direção-geral da repartição a fiscalização e distribuição dos serviços, requisitar à Secretaria do Interior tudo o que fosse necessário para o desenvolvimento das atividades, estabelecer relações com repartições congêneres no país e no exterior, solicitar cópias de documentos, pedir e comprar documentos com verbas pré-estabelecidas, comprar obras e revistas para a Biblioteca, buscar junto a população em geral por documentos de pessoas ilustres, rubricar os livros da Repartição, manter correspondência assídua com o Arquivo Público Nacional e demais instituições nacionais e internacionais a fim de conseguir documentos que poderiam interessar à história do Rio Grande do Sul, produzir as memórias históricas do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (futura *Revista do Arquivo Público*), nomear contínuos e serventes, organizar o regimento interno da instituição, enviar até 30 de junho de cada ano o relatório do Arquivo

elaborado pelos chefes de cada seção, dar posse aos funcionários da repartição e gerir e coordenar as atividades dos funcionários.

Ao chefe da 1ª seção do Arquivo Público competia, dentre outras atividades, organizar – até 15 de junho de cada ano – o relatório dos trabalhos da seção, a autenticação de cópias, catalogar e classificar os documentos do Arquivo Público, distribuir adequadamente as tarefas de acordo com as capacidades dos subordinados e zelar pela conservação dos livros e documentos da 1ª seção. Os chefes de seção possuíam total responsabilidade pelos serviços desenvolvidos no setor.

Após assumir o cargo de diretor-geral, Carlos Emilio Haag elaborou um catálogo geral para auxiliar nas atividades do Arquivo. Mesmo não tendo experiência prévia na condução de uma instituição arquivística, seus anos como servidor público auxiliaram na execução desta tarefa. Em um trecho do relatório abaixo mencionado, podemos observar o detalhamento das atividades elencadas no catálogo:

N. 124 - Directoria Geral - 1ª secção - Archivo Publico do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 30 de junho de 1906.

*Ilmo Exmo Sr. DR. Protasio Alves, M. D.
Secretário de Estado dos Negocios do Interior e Exterior.*

Honrado com a nomeação, em 14 de março ultimo, de director geral do Archivo Publico, Estatística e Bibliotheca, installei a repartição no dia seguinte, tomando posse do cargo e dando exercicio ao respectivo pessoal. Feitas as necessarias communicações da installação a todas as auctoridades, apraz-me consignar que a creação do Archivo Publico foi acceita com geraes applausos e louvores ao benemerito Governo do Estado. Como sabeis, pelo decreto n. 876, de 8 de março deste anno, ficou esta repartição constituída, de tres secções: a 1ª, do Archivo; a 2ª da Estatística, que foi desannexada da Repartição central da Secretaria dos Negocios do Interior e Exterior, e a 3ª da Bibliotheca.

A principio luetei com difficuldades para estabelecer detalhes da organização de um serviço inteiramente novo no Estado, sem elementos que me pudessem guiar, a não ser o critério adquirido na minha longa vida de funcionario publico.

Depois de maduras cogitações, resolvi adoptar o seguinte plano para execução dos trabalhos affectos ao Archivo Publico.

O catalogo geral dividir-se-á em:

archivo das repartições publicas;

„ dos officios de justiça;

„ „ municipios;

„ das terras;

„ de documentos historicos;

„ „ mappas e plantas;

„ da legislação federal;

Archivo da legislação estadual;

„ „ „ municipal;

„ de manuscriptos e diversos. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1906 p.359)

De acordo com as instruções do diretor, a organização dos documentos e livros se daria através de índices auxiliares, seguindo a classificação do catálogo. A cada livro ou documento seria anexada uma declaração de sala, estante, prateleira e número referente ao volume quando o mesmo fosse catalogado. Esse método de classificação facilitaria a busca do livro ou dos documentos no momento da consulta.

Em 22 de março de 1906, o Arquivo enviou aos juízes de comarcas e distritos uma circular ordenando a remessa à instituição, com urgência, de todos os autos findos de jurisdição contenciosa, bem como inventários, livros de notas, registros de testamentos, nascimentos, óbitos e casamentos.

Tendo sido creada a repartição do Archivo Publico por decreto de 8 do corrente, recommendo-vos, em nome do dr. Presidente do Estado, a expedição de terminantes ordens para que os serventuários de justiça desse districto remetam, com urgência, a esta secretaria, depois de inventariados, os documentos especificados no art.º 3º nº 32 do regulamento que baixou com o citado decreto. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1906 p.32)

A respeito desta ordem, é importante salientar que houve contestações por parte dos Conselhos Municipais de Lavras, Rosário, Rio Pardo, Venâncio Aires, Soledade, São Gabriel, Santiago do Boqueirão, Uruguaiana e Alegrete. Contrários à centralização dos arquivos *forenses* na capital, estas cidades enviaram representações ao Governo do Estado, mostrando seu desacordo em relação a esse ponto. Os contendores alegavam que os arquivos pertenciam à população local, onde se originaram e que lá deveriam permanecer, conservando-lhes a natureza vitalícia e local.

Taes archivos (forenses) são por sua índole e natureza adstrictos ás circumscriptões territoriaes onde nasceram e formaram-se, pois guardavam e devem guardar perpetuamente no domicilio de interessados os documentos relativos à sua existencia pessoal, á constituição das familias, á elaboração dos patrimonios, ao desenvolvimento da fortuna particular, a todas as relações de direito em summa que interessam aos habitantes de uma circumscriptão, sinão exclusivamente, mais directamente que aos de qualquer outra. Elles foram creados para utilidade e beneficio das populações locaes e exclusivamente expensas destas se têm formado e mantido. Dahil o facto de serem elles considerados pelos jurisconsultos e praticos que se têm occupado da materia como propriedade publica, não do dominio do Estado, mas como dizem Corrêa Telles, Pires Ferrão e Teixeira de Freitas, propriedade publica de quantos tenham ou possam vir a ter interesses na escripturação delles. (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1921, p. 8)

Segundo os Conselhos Municipais as leis e tradições locais sempre deram aos seus arquivos a qualidade de depósitos permanentes dos documentos ali gerados. Os conselheiros alegavam, ainda, que a “Ord. do liv. 1º tits. 78, 79, 80 e

84”, regimento dos ofícios de justiça da época, dava aos cargos de tabeliães de notas e judicial o caráter de investidas localizadas e inamovíveis aos seus arquivos, tratados como perpétuos repositórios de contratos, atos e controvérsias jurídicas celebradas dentro do respectivo território. Além disso, diziam que, se as Leis do Império retiraram o título dos ofícios de propriedade das populações, por outro lado mantiveram o cunho de vitaliciedade, localidade e inamovibilidade”, (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1921, p. 8) alegando, assim, que os documentos deveriam ficar no seu local de origem.

Ainda segundo o mesmo documento, e citando os decretos de 2 de janeiro de 1838 e de 24 de março de 1876, os quais respectivamente criaram e reorganizaram o Arquivo Público do Império, os Conselhos Municipais alegaram que tais dispositivos respeitam a propriedade dos arquivos das populações locais, ordenando recolher somente os documentos relativos às relações de direito público e mantendo nos arquivos locais os de direito privado. Com base nestes decretos, a Assembleia dos Representantes do Estado decretou no Regimento n. 15, de 4 de dezembro de 1896, manter a normativa em relação ao processo de guarda dos documentos, ou seja, mantendo que os “autos findos seriam recolhidos aos respectivos arquivos e que os escrivães tinham a obrigação de guardá los por mais de 30 anos” (revista). “Recolhidos os arquivos judiciais á capital, difficil se torna a prova dos direitos individuaes e das relações jurídicas de ordem privada”. (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1921 p.9)

Para os Conselhos Municipais a forma de organização dos arquivos de outras instituições poderiam servir de modelo para o Estado, os quais tinham os arquivos judiciários organizados com o mesmo caráter de depósito perpétuo dos atos jurídicos, processos e documentos relativos a cada território.

Após analisar as contestações apresentadas pelos Conselhos Municipais, Borges de Medeiros enviou uma resposta onde apresentava as justificativas para decisão de centralização dos arquivos *forenses*, citando como alguns pontos de grande relevância a guarda segura, a prevenção de extravios, a mitigação de custos, além de uma classificação sistemática que facilitaria o acesso aos documentos quando solicitados pelos requerentes. O presidente também rebateu um dos argumentos dos municípios em relação aos custos/ônus provenientes da necessidade de envio de documentos, quando da necessidade de acessá-los,

esclarecendo que as despesas ficariam restritas a custos postais e telegráficos. Apresentamos a seguir algumas das justificativas apontadas pelo por Borges de Medeiros em relação à contestação dos Conselhos Municipais, para manter inalterado o regulamento:

Expuzeram em substancia os reclamantes: que os archivos judiciaes constituem propriedade publica dos municipios, assim considerados durante o antigo regimen e do mesmo modo mantido pela legislação do Estado; que o mesmo caracter lhe emprestam as Instituições dos povos cultos, sendo demais contraria ao espirito federativo a centralização de taes serviços, o que, por outro lado acarretará dificuldades e despesas extraordinarias.

[...]

Taes argumentos, porém, se me afiguram contraproducentes. Sabido é que, ainda nos ultimos tempos, com fundamento na Ord. Liv. 1º, Tit. 84 § 23, prevalecia a pratica abusiva de disporem arbitrariamente os escrivães dos autos crimes de mais de 20 annos e dos civeis de mais de 30. Esse estado de cousas era sancionado tacitamente pelo poder publico, quando em 1891 cerebrino aviso ministerial declarava serem propriedade dos escrivães os ditos processos. Só mais tarde o verdadeiro conceito da propriedade publica pôde incorporar-se á legislação do Estado, de que é exemplo a nossa.

[...]

No Districto Federal, a resolução do Congresso Nacional, promulgada pelo decreto n. 187, de 27 de Setembro de 1893, expressamente determina que sejam recolhidos ao Archivo Publico Nacional todos os autos findos de jurisdicção contenciosa, cuja antiguidade exceder de 30 annos, bem como os livros de notas, registro, de testamentos e tombos de capellas que tiverem mais de 40 annos. Assim tambem na generalidade dos Estados. Portanto, a nossa antiga legislação não pôde neste ponto subministrar elementos valiosos, porque o seu silencio ou obscuridade dera sempre origem a duvidas e corruptelas. (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1921, p. 10)

Após a contestação da defesa, todas as representações em contrário até então apresentadas foram indeferidas, sendo arquivadas logo a seguir:

Em resumo, são vantagens decorrentes da remoção dos autos e livros findos dos cartorios para o Archivo Publico: a sua guarda segura, prevenindo os extravios porquanto nenhum processo ou livro pôde ser retirado do Archivo e devolvido ao respectivo serventuario, sinão por ordem do Secretario do Interior, mediante requisição do juiz e nos casos de indeclinavel necessidade; a sua melhor conservação, principalmente pelas condições especiaes da construcção do edificio e das estantes dos depositos; a sua classificação systematica, em catalogos praticos, publicados á medida que vão sendo organizados, diminuindo dest'arte as despesas de buscas pela facilidade da indicação do anno: a maior commodidade na consecução das certidões para a prova dos direitos em jogo, em virtude da reunião methodica dos archivos numa só repartição. (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1921, p. 13)

No relatório de 8 de setembro de 1908 o então Presidente do Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa Gonçalves, publicou o Decreto de 15 de janeiro de 1907, assinado

pelo Presidente anterior, Antônio Augusto Borges de Medeiros. Este decreto estabeleceu, de forma detalhada, quais documentos estariam sob a guarda do Arquivo Público e em que prazos os mesmos deveriam ser enviados:

Decreto de 13 de janeiro de 1907

Determina que sejam remetidos trimestralmente á repartição do Archivo Publico os mappas extrahidos do registro civil dos casamentos, nascimentos e obitos.

O Presidente do Estado, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, art. 20 n. 4, resolve:

Art. 1.º — Os officiaes privativos e demais serventuários encarregados do registro civil deverão remetter directamente á repartição do Archivo Publico, dentro dos primeiros dez dias dos mezes de janeiro, abril, julho e outubro de cada anno, mappas dos casamentos, nascimentos e obitos que houverem registrado no trimestre anterior.

Art. 2.º — Os officiaes ou serventuários que não remetterem os mappas, dentro do praso lixado 110 art. 1.º, ficarão sujeitos á multa de 50&600 a 100&000 réis no caso de reincidencia, além da responsabilidade criminal em que incorrerem.

Art. 3.º — A repartição do Archivo Publico enviará aos juizes de comarca e á Secretaria dos Negocios da Fazenda a relação nominal dos officiaes e serventuários do registro que incorrerem em falta e ficarem sujeitos ás penas impostas pelo presente decreto.

Art. 4º - A mesma repartição fornecerá, com a necessária antecedencia, os mappas e instrucções para a fiel execução do disposto no art. 1.º

Façam se as devidas communicações.

Palacio do Governo, em Porto Alegre, 13 de janeiro de 1908.
(RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1908 p.164)

Como podemos observar no decreto, o não envio dos documentos pelos oficiais e serventuários ficaria sujeito a multas. Como se vê, o objetivo do presidente era garantir o recolhimento do maior número possível de documentos referentes ao Estado do Rio Grande do Sul ao Arquivo Público. A respeito disso, SOARES (2019) apresenta uma abordagem importante sobre o decreto de 13 de janeiro 1907:

Importante assinalar neste decreto a implicação dos agentes burocráticos em estabelecer um sistema, um *méthodo systemático*. Ou seja, existia um fluxo documental a ser seguido, passível de punição, em caso de não cumprimento. E esse processo não ocorreu de forma passiva, sem contendas. São correntes os relatos de juizes de comarca reivindicando o direito de permanecer com os documentos sob sua guarda. Essa discussão diz respeito à territorialidade dos arquivos, aos conflitos em relação à autoridade administrativa. (SOARES, 2019, p. 30)

Um dos objetivos primordiais da criação do Arquivo Público era o de reunir em um mesmo local os documentos de interesse do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de preservá-los e garantir acesso. Houveram contestações por parte da população em relação a permanência dos documentos em seu local de origem. Essas constatações estão registradas em documentos do próprio Arquivo Público em relatórios do Memorial Legislativo do Rio Grande do Sul, abaixo apresentaremos

relatórios enviados ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, os quais eram uma exigência constante no regulamento de criação de Arquivo Público, estes relatórios estão disponíveis no website do Memorial Legislativo do Rio Grande do Sul.

5.3 O QUE DIZEM OS PRIMEIROS RELATÓRIOS DO DIRETOR-GERAL E DO CHEFE DE SEÇÃO

Nesta parte apresentaremos os relatórios do Chefe de seção Edmundo Gonçalves de Carvalho para o Diretor Geral do Arquivo Público, Carlos Emilio Haag, e do Diretor Geral Carlos Emilio Haag para o Sr. Protásio Antônio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Ao analisarmos estes documentos, buscamos relatar os primeiros anos de atividades do Arquivo Público e os agentes envolvidos nesse processo.

5.3.1 Relatório de 1906

Iniciaremos apresentando o primeiro relatório enviado ao diretor-geral do Arquivo Público, Carlos Emilio Haag, pelo Chefe de seção Edmundo Gonçalves de Carvalho, em 15 de junho de 1906. O envio de relatório ao chefe do Arquivo pelos chefes de seção era uma das exigências do regulamento do Arquivo Público.

Conforme o documento, a instalação do Arquivo Público se deu em 15 de março de 1906. Como trabalho inicial a Circular n. 42, de 24 de março, solicitou às Intendências Municipais o envio para o Arquivo dos exemplares das leis orgânicas, regulamentos, balancetes de receitas e despesas e quaisquer outros documentos de caráter oficial ou particular, original ou cópia, que tivessem relação com a vida do Rio Grande do Sul nos períodos colonial, imperial e republicano. Para o Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas foi solicitada a remessa de todos os Arquivos referentes às terras do Estado. Da Assembleia dos Representantes do Estado foi requerido o original das leis e resoluções promulgadas, mensagens, falas e exposições dos antigos presidentes de Província, juntamente com todos os “documentos históricos” ali guardados. Para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal solicitou-se a remessa de exemplares dos anais período do Império e da República. Da Delegacia Fiscal, através da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, foi solicitada a remessa de livros e mais documentos referentes

às “terras devolutas” conforme disposto na Constituição Federal que declara que as “terras devolutas” pertencem ao patrimônio dos Estados. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1906 p. 365) Além disso:

No Museo Estadual acham-se recolhidos, constituindo ali especial secção, importantes documentos que têm immediata ligação com a historia do Rio Grande. Julgando ser o Archivo Publico o unico logar apropriado á guarda de todo e qualquer documento referente à vida do Estado, dirigiu-se ao exm. sr. dr. Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior o officio n. 68, de 3 de abril, justificativo da requisição de entrega dos alludidos papeis.

[...]

Estando a cargo do Archivo Publico, além do serviço de estatística, cuja relevancia e utilidade são reconhecidas, a collecta de dados concernentes á legislação e administração, á historia, á geographia, ás artes e industrias do Rio Grande do Sul, que interessam não só ao Estado como á Republica, foi solicitada do exm. sr. dr. Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior a sua intervenção junto ao exm. sr. Ministro da Industria e Viação, no intuito de conseguir franquía postal e telegraphica para a correspondencia desta repartição. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1906, p. 366)

No relatório, o chefe informava que estava bem adiantado o recolhimento dos livros, autos e demais documentos pertencentes aos notariados e escritanias de justiça. Quanto à catalogação dos arquivos dos cartórios de notariado da villa de Caxias, dos 3º e 4º distritos de Rio Pardo, do 3º distrito de Bento Gonçalves, do 5º distrito de S. Sebastião do Cahy, dos 4º e 6º distritos de Santa Maria da Bocca do Monte, do 3º distrito de Lavras e do 7º distrito da capital, todos já estavam com os respectivos índices, devidamente organizados.

Em relação a limpeza do Arquivo Público o chefe de seção informava que:

Como medida hygienica lembro-vos a aquisição de um apparelho indispensavel ao saneamento e conservação dos livros e mais papeis, a cargo do Archivo Publico. A' exemplo de systema já uzado em repartições congeneres, será de grande vantagem a posse do *L'spirator*, destinado á absorpção do pó que, nos livros, tapetes, mezas e estantes, é tão cummum ser encontrado.

Para a desinfecção de livros e velhos documentos faz-se preciso a compra de um apparelho para cremação do formol, trabalho esse que, com efficaz resultado, poderá ser feito em armarios ou pequenos compartimentos. Insignificante será a despeza a fazer-se com taes apparelhos, de incontestavel utilidade e imprescindivel necessidade.

[...]

Ainda não estão promptificados as estantes encommendadas à Casa de Correção e dessa demora está advindo não pesqueno prejuizo ao serviço. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1906 p.366)

Em relação ao quadro funcional da 1ª Seção no relatório consta que o mesmo era composto por quatro funcionários, e ressalta-se que:

...desde já a sua insufficiencia, tal a excessiva somma de affazeres que lhe foram confiados. Essa exiguidade de pessoal trará em futuro proximo dificuldades extraordinarias ao serviço, que crescerão ainda mais no dia em que o Archivo Publico tenha de attender ás partes, passando certidões, prestando esclarecimentos, cuidando e zelando por tudo que estiver sob sua direcção. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1906 p.366)

Ao finalizar o relatório, Edmundo Gonçalves de Carvalho informava que estas seriam as informações a respeito da seção, transcorridos um pouco mais de três meses de sua existência. Salientava, ainda, que as informações poderiam ser insuficientes, mas que estava à disposição para esclarecer dúvidas a respeito dos respectivos serviços do Arquivo.

5.3.2 Relatório de 1 de julho de 1906 a 30 de junho de 1907 - Enviado ao Diretor-Geral Carlos Emilio Haag

O relatório do primeiro ano de atividades da Instituição, enviado ao diretor-geral do Arquivo Público, Carlos Emilio Haag, pelo Chefe da 1ª seção do Arquivo Público, Edmundo Gonçalves de Carvalho, em 15 de junho de 1907 apresenta informações referentes às atividades desenvolvidas no período. Segundo Carvalho:

Procurando satisfazer as recommendações do Governo do Estado, de comprovar que á criação do Archivo Publico não presidiu a ideia de nova fonte de rendas e tão somente a de bem salvaguardar os altos interesses da communhão rio-grandense, conservando em logar apropriado e seguro documentos de grande valia, tanto para a fortuna particular como para a parte histórica do nosso Estado, tenho por todos os meios ao meu alcance timbrado em servir ás partes interessadas, attendendo-as com a maxima attenção e não menor solitudine. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1907 p. 403)

O relatório aponta que grande parte dos arquivos dos cartórios já estavam recolhidos ao Arquivo e que estava sendo providenciado o recolhimento dos arquivos dos cartórios de São João do Montenegro, São Sebastião do Cahy, Taquara, Gravatahy e Viamão.

O chefe da 1ª seção relata ainda que os livros, autos e mais documentos estavam acomodados no salão A do Arquivo, designado para este fim. Quanto à organização dos documentos, anunciava estarem os mesmos distribuídos em dez grandes estantes de madeira construídas para este propósito. Quando aos arquivos “mortos” estavam arrumados em uma sala adequadamente ventilada no porão:

Chamou attenção a falta de uniformidade dos livros adoptados pelos serventuários de justiça.

Com o fim de manter um só tamanho, indispensável á boa arrumação e esthetica, solicitou-se providencias no sentido de serem adoptadas as seguintes dimensões:

Para livros de procurações.....0,33 por 0,23

Idem de substabelecimentos.....0,33 por 0,23

Idem de notas.....0,47 por 0,31

Idem de contractos.....0,47 por 0,31

Idem de outros assumptos.....0,47 por 0,31

e todos com duzentas folhas. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1907 p.405)

Ainda conforme o relatório, grande parte dos arquivos das terras do Estado já haviam sido recolhidas ao Arquivo, o mesmo caso da Delegacia do Thesouro Federal no Estado que tinha sobre sua posse documentos sobre as terras do Rio Grande, como doações, registros e títulos de sesmarias anteriores a 1810. A Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior já havia enviado ao Arquivo todas as correspondências trocadas entre a presidência do Estado e os antigos Comandos de Armas, bem como as correspondências trocadas com o Arsenal de Guerra e outras repartições militares. Da Intendência Municipal já haviam chegado os livros de registros de concessões de sesmarias, decretos, um projeto da Constituição do Brasil, pareceres e ordens do dia, entre outros. Das Intendências Municipais haviam sido recebidos relatórios, projetos e leis de orçamentos e alguns dados sobre estatística.

Edmundo Gonçalves de Carvalho relata também que o edifício do Arquivo dividia espaço com uma Faculdade de Direito e que isso acarretava falta de espaço para o bom funcionamento da instituição, pois

N'um só salão funcionam a primeira e segunda secções, a directoria geral e a portaria.

Essa promiscuidade só aqui existente, traz enormes inconvenientes que facil vos será aquilatar.

As partes que demandam o Archivo Publico não sabem, nem acham com quem tratar ao penetrar na entrada principal do edificio.

A' esquerda a Bibliotheca Publica, á direita a Faculdade de Direito e d 'ahi o embaraço das partes em saber onde está o Archivo Publico.

Com a devida venia chamo a vossa attenção para esse ponto, esperando não sereis indifferente aos meus reclamos, incontestavelmente revestidos de toda a justiça. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1907 p.406)

Em relação à renda obtida pelo Arquivo no período de 15 de junho de 1906 a 15 de junho de 1907 foi de 2:5998520 reis, como podemos observar no quadro demonstrativo:

Figura 2 - Demonstrações da receita do Arquivo Público de 15/06/1906 a 15/06/1907.

**Demonstração da receita do Arquivo Publico
do Estado do Rio Grande do Sul
no decurso de 15 de junho de 1906 a igual data de 1907**

MEZES	Numero de certidões	Importancia
1906		
junho	1	118740
julho	6	808160
agosto	12	1918160
setembro	6	648960
outubro	6	1348920
novembro	5	458880
dezembro	6	678040
1907		
janeiro	25	1758400
fevereiro	36	2288460
março	29	3718520
abril	56	4258660
maio	57	4698480
junho (até o dia 15)	40	3338140
Somma	285	2.5998520

Primeira seção do Arquivo Publico em Porto Alegre, 15 de
junho de 1907.

O chefe de seção
Edmundo Gonçalves de Carvalho

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1907.

5.3.3 Relatório de 1 de julho de 1906 a 30 de junho de 1907 - Enviado ao Secretário Protásio Antônio Alves

Dando sequência a apresentação dos relatórios das atividades do Arquivo Público, apresentamos a seguir o relatório referente ao período de 1º de julho de 1906 a 30 de junho de 1907, enviado ao Sr. Protásio Antônio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, pelo diretor geral do Arquivo Público Carlos Emilie Haag.

Com base no relatório de Edmundo Gonçalves de Carvalho, o Diretor Geral Carlos Emilie Haag, elaborou o documento que foi enviado ao Secretário de Estado, acrescentando esclarecimentos e informações sobre o andamento das atividades do Arquivo Público:

Methodicamente está sendo organizado o arquivo judiciário. Já foram arrecadados os de 58 cartórios, parte dos das Secretarias de Estado dos Negocios do Interior e Exterior, das Obras Publicas e da intendencia do Bio Grande. Todos estes papeis estão cuidadosamente classificados, o que permite a fac-il busca e prompta entrega de certidões.

[...]

Dia a dia augmenta a procura de certidões, que será ainda maior á proporção que forem recolhidos os arquivos de novos cartorios.

No 2º semestre de 1906 a receita, em estampilhas, foi de 5948860 e no 1º semestre do corrente anno 2:3358240 réis.

Verifica-se uma renda crescente, que em periodo breve, produzirá a somma necessaria para as despesas do pessoal e custeio da repartição.

Teremos então conseguido a manutenção de importante ramo do serviço publico sem onus para o Thesouro. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1907 p.400)

Haag relata o aumento considerável de trabalho e a necessidade de ampliação do quadro de pessoal da 1ª seção, ele pede especificamente a contratação de mais um “continuo” informando que apenas um não consegue atender a demanda de trabalho. E informa também a demora do envio dos documentos dos cartórios para o Arquivo causando com isso prejuízos na organização dos documentos do judiciário.

Com o recolhimento dos documentos ao Arquivo a falta de espaço físico passou a ser um problema, e também o fato do Arquivo dividir o edifício com uma escola trazia preocupações em relação a segurança dos arquivos.

Requisitei a entrega dos compartimentos que, no pavimento terreo deste edificio, occupa a Escola Livre de Direito. Resolvida como está a construcção de casa própria para a alludida Escola, é de presumir que somente depois de concluída a construcção possam ser cedidos ao Archivo Publico os commodos de que elle necessita. E até essa oportunidade persistirá o inconveniente da promiscuidade, no mesmo edificio, de um instituto de ensino e uma repartição que é o deposito de documentos públicos e particulares da mais elevada importancia. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1906 p. 400)

5.3.4 Relatório de 1 de julho de 1907 a 31 de maio de 1908 - Ao diretor-geral Carlos Emilio Haag

Relatório da 1ª Seção do Arquivo Público do Estado, de 1º junho de 1908, ao diretor-geral Carlos Emilio Haag, inicia o relatório, apresentando queixas a respeito do número de horas trabalhadas, que excederiam as horas regulamentares, para cumprir as demandas de trabalho. O serviço de extração de certidões aumentava diariamente, consumindo a maior parte do tempo dos funcionários. Mesmo com o auxílio de um colega da Biblioteca o acúmulo de trabalho permanecia. Após o concurso realizado no final do ano de 1907, foi nomeado para 3º oficial da 1ª seção Dionysio Marques.

As dificuldades nos processos de conferência e catalogação persistiram devido a contínua remessa de documentos ao Arquivo Público, em virtude da falta de pessoal e também em virtude do agravamento do problema de escassez de espaço físico.

Em relação à limpeza, segurança e conservação dos documentos e livros recolhidos ao Arquivo, Edmundo Gonçalves de Carvalho apontava que, em outras repartições com o mesmo fim, a questão de conservação tinha grande importância:

Possuem elles aparelhos especiaes, apropriados a diversos misteres e todos visando a boa limpeza dos archivos e a extincção dos vermes, etc.. além de poderosas estufas destinadas a combater a humidade.

Aqui permanecemos ainda em condemnavel rotina; afóra o espanador, nada mais temos.

No primeiro relatorio que apresentei (em junho de 1906) solicitei a aquisição do *L'Aspirator*, singelo aparelho de baixo preço e de grande utilidade Aproveitando o ensejo volto a insistir em tal pedido, pois estou certo de que esse aparelho será de immediata vantagem ao aceio desta repartição.

[...]

Julgo de imprescindível e urgente necessidade ser esta repartição guardada durante a noite, por sentinellas, de modo a evitar-se a consummação de algum acto que possa attentar contra a segurança dos documentos aqui depositados. Parece-me dispensável entrar em considerações justificativas da adopção da medida, que submetto á vossa apreciação. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1908 p.257)

O chefe de seção relatou ainda o trabalho desempenhado pelo porteiro da repartição, o sr. Pedro José de Leão, o qual por ordem do diretor geral exercia também, as funções inerentes ao cargo de “archivista” como o recebimento, abertura dos volumes, conferência e arrumação dos arquivos recebidos.

Sobre a função, Edmundo Gonçalves de Carvalho informava que

A 5 de fevereiro ultimo, em officio sob n.º 541, dirigido ao exm. sr. dr. Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior, propuzestes a criação do lugar de archivista desta repartição.

Approximando-se a epoca em que deve ser elaborada a lei orçamentaria estadual para o anno vindouro, julgo da maxima oportunidade ser esse assumpto de novo tratado, pois jamais se conseguirá occasiao tão propicia. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1908 p.258)

O relatório também aponta que, em período eleitoral crescia o número de demandas do Arquivo, “com a extracção de certidões de nascimentos, casamentos e óbitos para a qualificação e exclusão de eleitores”. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1908 p.258)

A catalogação e classificação dos documentos recolhidos ao Arquivo era tratada como um dos serviços inquestionavelmente mais importantes da 1ª seção. De acordo com seu chefe, a não realização desta atividade poderia trazer prejuízos num futuro próximo com o acúmulo de documentos desorganizados. Para auxiliar nesta

atividade, Edmundo Carvalho solicitou ao Diretor Geral a designação do 2º oficial da Biblioteca, Antônio Gonçalves de Moura Monteiro, para ajudá-lo na realização dessa tarefa, alegando que era muito trabalho para apenas um funcionário. Além disso, o chefe de seção indicou as principais dificuldades encontradas na realização do trabalho:

...a classificação numérica dos primitivos livros estava, em alguns cartórios, em completo desacordo com a ordem chronologica das escripturas e outros instrumentos nelles registrados e lavrados [...]. Foi necessário acurada e demorada inspecção afim de manter a rigorosa e imprescindível ordem que deve presidir á organização desse utilissimo serviço. [...] Não obstante esses contratempos, a catalogação teve lisongeiro impulso. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1908 p.259)

No período assinalado no relatório, encontravam-se catalogados e apropriadamente classificados os arquivos de trinta e quatro cartórios do Estado e também de algumas escritanias distritais, num total de 3389 livros.

5.3.5 Relatório de 1 de julho de 1907 a 31 de maio de 1908 - Enviado ao Secretário Protásio Antônio Alves

No relatório sobre as atividades da 1ª seção do Arquivo, enviado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior Protásio Antônio Alves pelo diretor-geral do Arquivo Público, em 15 de junho de 1908, o diretor lembrou que, segundo relatório do ano anterior, já haviam sido recolhidos ao Arquivo Público os documentos de 58 cartórios, e que, agora, encontravam-se recolhidos os arquivos de 158 cartórios. Haag informou, ainda, que, com o recebimento desses volumosos arquivos aumentou de forma considerável o trabalho da equipe da 1ª seção, formada por apenas quatro funcionários - um chefe, um primeiro e terceiro oficiais e o porteiro, que por designação do diretor-geral, exercia as funções de “achivista-cartorario”, “cargo este de inadiável criação, conforme já proposto em outro momento”. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1908 p.245)

Em virtude do quadro reduzido de funcionários alguns serviços não puderam ser prontamente executados, como a conferência dos arquivos recebidos, sendo que alguns deles ainda estavam em caixas. Haag salienta que esse acúmulo de serviços ainda não havia acarretado nenhum prejuízo ao desenvolvimento das atividades do Arquivo, mas que isso poderia ocorrer com a chegada de novos documentos.

Com auxílio do 2º oficial da biblioteca, Antônio Gonçalves Moura Monteiro, o chefe de seção, Edmundo Gonçalves de Carvalho realizou a catalogação dos livros,

autos e demais papéis recolhidos ao Arquivo. O diretor-geral informou, ainda, que os arquivos de “Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Jaguarão, Santa Victoria, S. Leopoldo, Taquary, Lageado, Estrela, Venancio Ayres, Montenegro, Triumpho, S. Jeronymo, inclusive os 3.º e 4.º districtos; Caxias, Taquara, S. Francisco de Paula de Cima da Serra; 3.º e 4.º districtos de Rio Pardo; 2.º de Lavras; 3.º de Bento Gonçalves; 5.º da Palmeira; 6.º de Santa Maria e 3.º de S. Sebastião do Cahy”, (Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e exterior, 1908 p. 246) já estavam organizados.

Além deste importante trabalho, aquella secção tem de attender diariamente á extracção de certidões que, no ano ora findo, attingiu a 928, afóra as passadas para fins eleitoraes em numero superior a 200 e traslados de diversos processos-crime de presos pobres. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1908 p.246)

Como aponta o relatório, devido à falta de pessoal, uma demanda urgente do secretário de Estado dos Negócios da Fazenda não pode ser atendida prontamente. Na ocasião, o secretário solicitou uma ampla varredura em todos os documentos a fim de encontrar quaisquer registros referentes a bens do Estado que pudessem levar à posse dos mesmos.

O diretor salientou que para um bom funcionamento do Arquivo e a realização de todas as atividades com presteza, era necessário a ampliação do quadro funcional com a contratação de mais três servidores para os cargos de “3º oficial, archivista-cartorario e continuo”. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1908 p.246)

A receita, que em 30 de junho de 1907 attingiu a 2:930\$100 réis, elevou-se em maio ultimo a 10:246\$610 réis, inclusive a taxa de inscripcao para os concursos effectuados na importancia de 172\$480, o producto da venda de caixões vasios na quantia de 144\$700 e sello de 5\$560 do compromisso prestado pelos funcconarios ultimamente nomeados. Como vêdes, cresce dia a dia a receita, que será extraordinaria depois que estiver coucluida a arrecadação de todos os archivos. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1908 p.246)

Como já mencionado no relatório de 1907, o diretor mais uma vez aponta para os diversos problemas causados pela falta de espaço físico no prédio em que o Arquivo se encontra, relatando que as salas estariam inteiramente ocupadas em poucos meses. Além da falta espaço, o diretor mencionava, também, a falta de conforto aos servidores e de asseio e higiene do local, problemas que poderiam ser amenizados com o uso do espaço utilizado pela escola Livre de Direito. O diretor

também assinalou a importância de um guarda noturno para prevenção de quaisquer incidentes.

5.3.6 Relatório de 1 de junho de 1908 a 30 de junho de 1909 - Ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior

Em 28 de julho de 1909, Carlos Emilio Haag apresentou ao secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior relatório referente ao período de 1 de junho de 1908 a 30 de junho de 1909.

No documento, é possível assinalar que, durante o período, ocorreu a separação do Arquivo Público das demais seções de Biblioteca e Estatística. Neste período, Carlos Haag assumiu a Direção do Arquivo e passou a ser o responsável pela elaboração do relatório do Arquivo Público a ser enviado ao Secretário de Estado:

Em cum primento á vossa ordem em officio n. 903, de 16 de abril ultimo, e observancia do disposto no artigo 10, n. 16 do Regulamento vigente, passo a dar-vos conhecimento dos serviços que correram por esta Repartição no periodo do 1º de junho do 1908 a 30 deste mez.

Effectuou-se em janeiro ultimo a mudança da Repartição do edificio do Atheneu Rio-grandense para o da antiga Bailante, sito á Praça Marechal Deodoro n. 1, adquirido pelo Estado, onde se acha mais confortavelmente installado.

A 11 de fevereiro deste anno foram desligadas do Archivo Publico, em virtude do decreto n. 1435, da mesma data, as 2ª e 3ª secções para constituírem as Repartições de Estatistica o Bibliotheca Publica. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1909. p. 379)

A queixa referente à falta de pessoal, que era frequente nos relatórios anteriores, foi atendida em parte com a nomeação de um cartorário pelo decreto n. 1438.

O serviço da catalogação, que havia sido iniciado e achava-se adiantado, obedecia, quanto á arrumação de autos, livros e papeis, etc., aos commodos existentes no antigo edificio. Com a mudança da Repartição ficou aquelle trabalho perturbado e tem de ser feito novamente porque o deposito do Archivo Publico está agora acondicionado n'um unico salão de grandes dimensões. Emquanto não fôr augmentado o pessoal é inteiramente impossivel ao que actualmente possui a Repartição proseguir neste importante trabalho, visto que todos os empregados occupam-se exclusivamente na extracção de certidões pedidas, serviço que, bem comprehendéis, não póde ser preterido. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1909, p. 379)

A mudança do Arquivo para novo endereço, resolver em partes o problema do espaço físico, trouxe inconvenientes em relação ao trabalho de organização dos documentos, sendo necessário um retrabalho para a adequação ao novo espaço.

Neste sentido, Haag relata que o trabalho de busca e conferência dos documentos recolhidos ao Arquivo havia aumentado de forma considerável,

necessitando com isso a nomeação de um 3º oficial para auxiliar o cartorário. O número de funcionários era insuficiente e, com o aumento da demanda de trabalho, ficou inviável cumprir todas as atribuições previstas no regulamento do Arquivo Público.

Até o ano de 1909 foram recolhidos ao Arquivo Público os arquivos judiciários das localidades de: “Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, São Leopoldo, Jaguarão, Santa Maria, Santa Victória, Santa Cruz, Taquary, Lageado, Bento Gonçalves, Estrella, Santo Amaro, Rio Pardo, Antonio Prado, Palmeira, Montenegro, São Sebastião do Cahy, Venancio Ayres, Taquara, Triumpho, Viamão, Bagé, Julio de Castilhos, São Jeronymo, Caxias, Lavras, São Francisco de Paula, Cachoeira, São Gabriel e Arroio Grande”. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1909 p. 382) Apesar da expansão, no relatório Carlos Haag aponta e solicita medidas em relação à lentidão no atendimento por parte dos servidores de justiça quanto ao envio dos documentos para o Arquivo, o que estava impactando no recolhimento dos arquivos.

Durante o período, que compreende o presente relatório, tiveram entrada na Repartição 228 ofícios e foram expedidos 560. No mesmo período foram emitidas 1.261 certidões.

A receita arrecadada desde a criação da Repartição, em 15 de março de 1906, até 31 de maio de 1908, elevou-se a 9:9238870 réis, que comparada com a do ultimo anno (13:1558540), demonstra o extraordinario desenvolvimento dos serviços do Archivo Publico, que foram attendidos com solicitude, zelo e grande esforço do pessoal. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1909, p. 380)

Em 11 de fevereiro de 1908, o porteiro Pedro José Leão foi promovido a cartorário, para o seu lugar foi nomeado o contínuo sr. Diamantino Gonçalves Ferreira, assumindo o seu lugar o servente Sr. Armando Xavier de Abreu, o qual foi substituído pelo Sr. Gustavo Gebauer.

5.3.7 Relatório 1 de julho de 1909 a 30 de junho de 1910 - Enviado ao Secretário Protásio Antônio Alves

O último relatório analisado nesta pesquisa foi apresentado a Protásio Antônio Alves em 1910 e refere-se aos serviços executados pelo Archivo Publico do Estado entre 1 de julho de 1909 a 30 de junho de 1910.

No relatório anterior constava que haviam sido recolhidos ao Arquivo Público 182 arquivos judiciários, enquanto no período de julho de 1909 a junho de 1910 foram

recolhidos mais 103, somando ao todo 285 arquivos. Em relação aos ofícios tiveram entrada, neste mesmo período, 268 e foram expedidos 584. Durante o período do relatório, foram expedidas 675 certidões. O crescimento dos números empolgou o diretor-geral Carlos Haag:

Vê-se do exposto que os serviços do Archivo Publico, de anno para anno tem tido considerável desenvolvimento. No entretanto, com excepção do cartorario, pessoal existente é o mesmo desde a installação da Repartição. Não pôde elle, agora, attender, com a desejada solicitude, as requisições de certidões, resultando d'ahi accumulo de serviço em prejuizo dos interesses das partes e dos créditos da Repartição, cujo bom conceito havido sido conquistado com grande esforço do pessoal. Já appareceram fundadas reclamações contra o atrazo do expediente, e, disso tivestes conhecimento quer verbal, quer officialmente. Essa falta reproduzir-se-á emquanto o Governo do Estado não augmentar o pessoal. O atrazo do serviço não é somente do expediente diario. Aham-se completamente paralysados outros importantes como a con-fecção de indices dos archivos recebidos, a conferencia de muitos d'elles, a sua catalogação e a publicação da Revista do Archivo Publico, de que cogitou o regulamento. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1910 p. 405)

A falta de pessoal pode ser considerado um problema crônico nos primeiros anos do Arquivo Público, pois em todos os relatórios anuais essa situação é citada. No relatório de 1910, mais uma vez o diretor cita o problema e pede providências para o bom andamento das atividades do Arquivo Público. No ano de 1909 a justificativa do governo para o não atendimento desta solicitação foi que “a lei do orçamento da despesa, porém, não consignou verba para o provimento dos logares a crear”. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1910 p. 406). O diretor pediu que fosse solicitado na próxima reunião da Assembleia, orçamento para suprir a demanda por pessoal. Para o bom desenvolvimento das atividades a Repartição precisava de mais três 3º oficiais e um ajudante de cartório. No documento, Haag informa ainda que

...o andamento dos serviços não pôde esperar aquella solução que só vigorará no começo do anno vindouro. Urge tomar medidas promptas para remover as difficuldades apontadas. Si ao Governo do Estado não fôr possivel crear agora novos cargos, lembro então o alvitre de mandar addir ao Archivo Publico funcionarios de outras Repartições. (RELATÓRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR, 1910, p. 406)

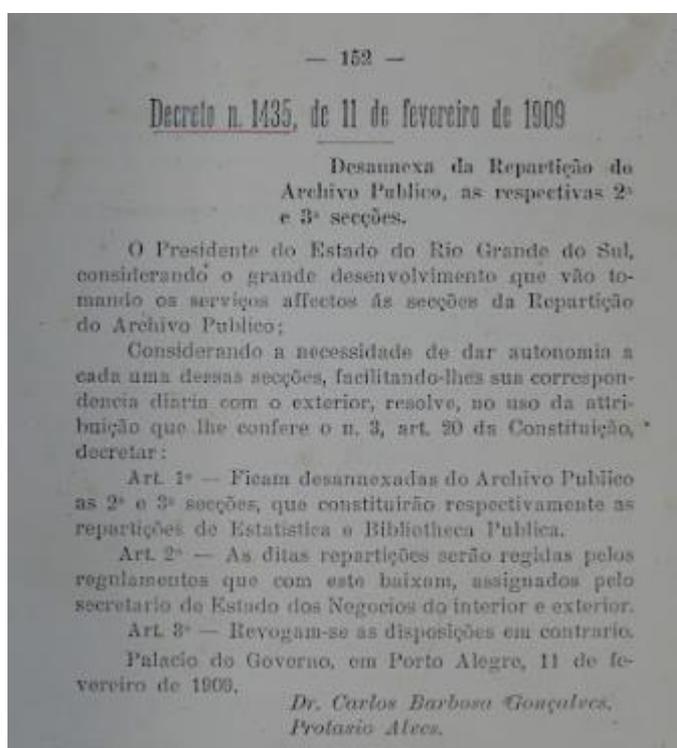
De 1 de julho de 1908 a 30 de junho de 1909, foi arrecadado 13:155\$540 com certidões e entre julho de 1909 a junho de 1910 a arrecadação com certidões foi de 15:607\$010, revelando com isso um aumento na procura por certidões e em consequência aumento no valor arrecadado pela Repartição.

5.4 DESANEXAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO E MUDANÇA DE LOCAL

Em 1909, através do Decreto nº 1.435, ocorreu o desmembramento das seções de Estatística e da Biblioteca do Arquivo, convertendo-os em órgãos independentes, dotados de relativa autonomia e regimentos próprios. Neste mesmo ano, devido à falta de espaço físico, o Arquivo foi transferido da Escola Complementar para o edifício Bailante (hoje demolido), na Praça Marechal Deodoro, n. 1.

Em 1909, em consequencia do grau de desenvolvimento dos serviços affectos ás tres secções da Repartição do Archivo Publico, Estatistica e Bibliotheca, fazendo sentir-se assim, a necessidade do dar-lhes autonomia, o Dec. n. 1435 de 11 de fevereiro desse anno desannexou do Archivo a 2ª e a 3ª secções, que passaram a constituir duas repartições independentes -Estatistca e Bibliotheca. (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1906 p.14)

Figura 3 - Decreto de desanexação do Arquivo Público (1909)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1909

Com a separação do Arquivo das demais seções, Carlos Emilio Haag deixou o cargo de Diretor Geral passando para o cargo de Diretor do Arquivo Público. A partir da separação, Haag administrou a instituição até 1918, tornando-se um dos mais longevos diretores da história da hoje centenária instituição.

Podemos observar que desde a primeira tentativa de criação do APERS o objetivo principal dos seus criadores era a de reunir e conservar num mesmo local

documentos importantes para o Estado do Rio Grande do Sul. Mesmo com a contestação quanto aos recolhimentos dos arquivos *forenses* por parte da sociedade, os objetivos não foram alterados, na resposta do Presidente da província fica claro que o que importava era que os arquivos estivessem reunidos na capital próximo dos líderes do Estado.

A alegação dos conselhos municipais de que os documentos deveriam ficar nos seus locais de origem mostra que na época já se tinha uma preocupação com a territorialidade dos documentos e também com o acesso a esses documentos depois de serem recolhidos ao Arquivo. Borges de Medeiros alegou que esse recolhimento traria economia, pois com a guarda dos arquivos em um mesmo local as despesas seriam centralizadas, e também seria mais fácil a conservação e organização dos mesmos. Ficou claro que esse recolhimento ao Arquivo não ocorreu de forma tranquila, pois como o volume de documentos era grande, foram constantes as reclamações dos responsáveis pelo Arquivo quanto a falta de espaço e pessoal para o armazenamento de forma correta e até mesmo a conferência por parte dos servidores da documentação recolhida.

Apesar das dificuldades encontradas no decorrer dos anos, Haag mostrou-se sempre preocupado com as questões de segurança dos documentos e o bom funcionamento da Repartição e também com o bem-estar dos seus subordinados. Mesmo não tendo experiência com Arquivos ele elaborou um catálogo para a organização da massa documental, tentando não misturar os documentos dos municípios e nem os tipos documentais, pelo que podemos observar nos relatórios esse trabalho foi bem sucedido, pois mesmo quando da mudança do Arquivo do seu primeiro endereço para o prédio da Bailante e a perda da organização que se tinha até o momento foi possível organizá-la de maneira correta no novo espaço, apesar de ser um retrabalho de separação e catalogação, os documentos não perderam seus princípios de proveniência e integridade.

Estando em andamento o recolhimentos dos documentos dos municípios ao Arquivo e a sua organização, outra coisa que foi muito citado nos relatórios são os valores obtidos pelo Arquivo referente às elaborações de certidões, o qual mostra que além de um espaço de guarda o Arquivo também estava se tornando um local de captação de recursos para o Estado, em um dos relatórios Haag comenta que se receita seguisse aumentando o Arquivo em breve seria auto suficiente em relação aos recursos para manutenção e pessoal.

Em relação a estrutura do Arquivo, pelo que consta nos relatórios sempre se teve uma preocupação com relação ao espaço e forma de armazenamento dos documentos recolhidos à repartição, o problema de espaço afetou desde sua criação o bom desenvolvimento das atividades, a falta de espaço prejudicava a boa organização, a limpeza e a circulação de funcionários nos espaços. No primeiro relatório o chefe de seção Edmundo G. de Carvalho solicitou um aspirador de pó, para auxiliar na limpeza dos livros, documentos, mesas, tapetes e prateleiras, o qual alega que é um item de baixo custo e que trariam grande impacto na rotina de higienização do ambiente e acervo, no relatório de 1908 o pedido se repete e acrescenta ainda a respeito de equipamentos utilizadas em grandes bibliotecas e Arquivos que garantem a boa limpeza e eliminação de vermes além de citar o uso de estufas para combater a umidade nos acervos. Até o relatório de 1910 não consta que os pedidos foram atendidos. Podemos observar que desde a criação do APERS existiu por parte dos gestores a preocupação com o controle de umidade e deterioração por parte de agentes externos e biológicos do acervo.

Nos documentos não foram encontradas mais informações sobre os servidores que estiveram envolvidos nas atividades do Arquivo no período pesquisado, em virtude da dificuldade em localizar os documentos que deram subsídio para a elaboração deste trabalho, não foi possível em tempo hábil aprofundar a pesquisa em relação ao quadro de pessoal. Tendo apenas informações sobre cargos e vencimentos.

Em relação à constante falta de espaço para abrigar os arquivos recolhidos à Repartição, em 1908 o Presidente da Província determinou a construção de um espaço que seria destinado especificamente ao Arquivo Público. Esse foi o início do projeto de construção do espaço que hoje é ocupado pela Instituição, construção que foi pensada e estruturada para acomodar de forma segura todo o acervo recolhido pela Repartição. Relativo ao quadro funcional o pedido por mais servidores estava presente em todos os relatórios e os poucos ingressos de novos servidores não eram compatíveis com o aumento do volume de trabalho. Em conversas informais com os servidores do APERS, durante o período da realização da pesquisa, podemos constatar que essa problemática persiste até os dias atuais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante a todas as informações levantadas sobre os anos iniciais do APERS, foi possível constatar que sua origem se deu de forma planejada e bem estruturada, sobretudo no que tange às questões de recolhimento de acervo e estrutura de pessoal – ao menos considerando-se suas normativas iniciais.

A instituição arquivística Arquivo Público é um departamento que tem em sua posse informações de alto valor histórico e social para o Estado do Rio Grande do Sul e para seu povo. Manter essas informações organizadas, em segurança e com acesso facilitado é o objetivo de sua existência, apesar de pouco abordada em trabalhos acadêmicos.

Como a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, tivemos um árduo trabalho de levantamento de fontes sobre o tema, dado que os documentos sobre a origem do centenário Arquivo não são de fácil acesso.

Um dos principais desafios enfrentados durante a elaboração deste trabalho foram as restrições impostas pela pandemia de Covid-19, que afetou toda a população mundial de algum modo. Graças à pandemia, foi necessário adiar as visitas *in loco* ao Arquivo Público e não foi possível, como previsto, a realização da pesquisa no Arquivo Histórico do Rio do Grande do Sul – o que maximizou as dificuldades em encontrar os documentos históricos relativos à criação e aos primeiros anos do APERS.

Os objetivos desta pesquisa de analisar o contexto histórico social e o ideário da constituição do Arquivo puderam ser identificados na análise dos documentos localizados. Através dos relatórios dos primeiros gestores do Arquivo e do regulamento de sua criação foi possível verificar o contexto de criação da Instituição e os agentes envolvidos. Também foi possível aferir como o positivismo influenciou na criação do Arquivo Público, quais eram seus objetivos e quais as principais dificuldades encontradas no decorrer dos anos 1906 a 1910.

Também foi possível identificar os atores envolvidos na criação e desenvolvimento dos trabalhos nos primeiros quatro anos da instituição. É importante mencionar que houve tentativas de localizar informações referente a tais atores, como sua formação e experiência anterior. Porém, foram localizados poucos dados. Em linhas gerais, foi possível identificar que o primeiro diretor do Arquivo, Carlos Emilio Haag era servidor e tinha experiência com o serviço público. Outro fato a se destacar é a nomeação do porteiro (Pedro José de Leão) para desempenhar as funções de

arquivista (recebimento, abertura dos volumes, conferência e arrumação dos arquivos recebidos), em 1908.

Verificou-se, ainda, que, apesar da falta de experiência por parte dos idealizadores com o saber arquivístico, o trabalho foi bem-sucedido, pois eles conseguiram organizar a documentação recolhida ao Arquivo de forma a não comprometer os princípios arquivísticos. A elaboração de um catálogo para guiá-los na organização do acervo para que não houvesse a mistura dos documentos e também para facilitar a procura dos mesmos quando necessário mostra essa preocupação em manter a ordem dos registros.

Apesar do Arquivo possuir um catálogo e um regulamento desde o início, foram muitas as dificuldades para a organização e guarda dos arquivos, dentre elas a falta de espaço físico e de pessoal. As remessas de arquivos para a guarda geraram acúmulo imprevisto de documentos, pois o número de servidores não era o suficiente para dar conta do trabalho e o espaço ocupado era limitado. Foi somente depois da construção do prédio próprio que o problema de falta de espaço foi solucionado. A preocupação com a limpeza e o controle dos agentes biológicos existiu desde o início, como consta nos relatórios, mas não ficou claro se as solicitações de um aspirador e de equipamentos para auxiliar na limpeza e controle de umidade foram atendidas até o ano de 1910.

Nas fontes utilizadas para a realização da pesquisa, principalmente os relatórios, encontram-se abundantes informações acerca do Arquivo Público e de outros assuntos referentes ao Estado, que não foram completamente esgotadas, sendo possível a realização de outros trabalhos utilizando-se das mesmas fontes.

Para finalizar cabe mencionar que a maior dificuldade na realização desta pesquisa foi encontrar estudos sobre as Instituições Arquivísticas no Brasil, como já mencionamos no decorrer no trabalho, a uma escassez de estudos por parte dos arquivistas sobre os Arquivos brasileiros, localizar os documentos referente a criação do APERS foi uma difícil missão, pois a própria Instituição não tinha certeza da localização de muitos dos seus documentos de origem.

Foi possível observar no decorrer da pesquisa que o motivo destas informações não estarem localizadas no acervo da Instituição e disponíveis para o acesso, em grande parte é por falta de servidores, problema que o APERS enfrenta desde sua origem, grande demanda de trabalho para pouco pessoal. Fica a pergunta: será que o motivo de não se ter muitos estudos sobre as Instituições Arquivísticas no Brasil é

por falta de pessoal nos Arquivos? As demandas de trabalho são tantas que os arquivistas não têm tempo de estudar suas próprias Instituições? Cabe aos profissionais da Arquivologia buscar conhecer a origem dos Arquivos. Conhecer a história da Instituição pode auxiliar no trabalho do dia a dia do arquivista, conhecer as bases históricas de uma Instituição para estruturar o futuro.

7. REFERÊNCIAS

ALVES, Clarissa de Lourdes Sommer. **Operações historiográficas em arquivos? : uma análise sobre o ofício de historiadoras e historiadores em arquivos públicos estaduais brasileiros na atualidade**. 2019. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

ANHEIM, Étienne. **Arquivos singulares – O estatuto dos arquivos na epistemologia histórica: Uma discussão sobre a memória, a história, o esquecimento, de Paul Ricoeur**. In: NEDEL, L.; HEYMANN, L. Q. (Orgs.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – APERS, **Histórico**, 2022, disponível em:< <https://www.apers.rs.gov.br/historico>>. Acesso em 13 jul. 2022.

BARROS, José D'Assunção. **História das Ideias – em torno de um domínio historiográfico**. Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 02, n. 03, jan/jun. 2008.

BIBLIOTECA NACIONAL: **HEMEROTECA DIGITAL**, 2022, disponível em :< <http://bndigital.bn.gov.br/>, >. Acesso em 13 jul. 2022.

BOJANOSKI, Silvana de Fátima. **Memória, História E Documentos Sacralizados: Um Estudo de Caso do Arquivo Público do Paraná (1976-1989)**. 2007. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-graduação História) - Universidade Estadual de Maringá, 2007.

CACHAFEIRO, Manolo Silveiro. **As Publicações do Museu Júlio de Castilhos e do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (1903-1960)**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura**. Topoi, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 123-152, 2000.

COOK, Terry. **Archival Science and postmodernism: new formulations for old concepts**. *Archival Science*, v. 1, pp. 3-24, 2001.

_____. **O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma**. In: NEDEL, L.; HEYMANN, L. Q. (Orgs.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

COSTA, Célia. **O Arquivo Público do Império: o Legado Absolutista na Construção da Nacionalidade**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000.

COUGO JUNIOR, Francisco Alcides. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. 2020. 445 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIDONET, Zilah Cercal. **O Positivismo e a Constituição Rio-grandense** de 14 de julho de 1891. 1. ed. Santa Maria: Imprensa Universitária – UFSM, 1977.

FONSECA, Maria Odila. **Informação, arquivos e instituições arquivísticas**. Arquivo e Administração. Rio de Janeiro, v.1 n. 1, p. 33-44, jan/jun. 1998.

_____. **Ciência da informação: denominação de curso e diretrizes curriculares**. Campinas, Transinformação, v.14, n.1, p.101-104. jan./jun. 2002.

_____. **Direito a Informação e Arquivos Municipais no Brasil**. Cadernos de Estudos Municipais, Portugal, v. 11/12, p.11-40. 2002.

_____. **Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares**. 2004. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - (IBICT/UFRJ), 2004.

_____. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

JARDIM, José Maria. **O conceito e a prática de gestão de documentos**. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.35-42, jul./dez. 1987.

_____. **Políticas e governança arquivísticas: arquivos permanentes do Poder Executivo Federal brasileiro**. s/d. Disponível em < <https://seminariohispano-brasileiro.org.es/ocs/index.php/viishb/viishbucm/paper/viewFile/337/19>>. Acesso em 13 jul. 2022

_____. **Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos**. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006.

_____. **A Construção de uma Política Nacional de Arquivos: os Arquivos Estaduais Brasileiros na ordem democrática (1988-2011)**. In: Anais XII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Brasília, Distrito Federal, de 23 a 26 de outubro de 2011.

_____. **Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada**. *Liinc em Revista*, v. 7, p. 197-213, 2011.

LOPES, Marcos Antônio. **A História das ideias segundo Michel Foucault e Quentin Skinner**. Mediações Revista de Ciências Sociais v. 9-N.I/2004-p. 83-100. 2004. Disponível em <História das idéias segundo Michel Foucault e Quentin Skinner | Lopes | Mediações - Revista de Ciências Sociais (uel.br) >. Acesso 13 de jul. 2022.

MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (org.). **Em torno de uma política nacional de arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1988-2011)**. Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012

MATOS, Maria Teresa N. de B. **A evolução dos arquivos e do conhecimento em Arquivologia**. 2012. Disponível em <<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/download/1688/1486/2905>> Acesso em 13 jul. 2022

MEMORIAL DO LEGISLATIVO DO RIO GRANDE DO SUL: **Consulta acervo histórico**, 2022, disponível em <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/ModulodePesquisanoAcervo/tabid/6348/Default.aspx>>. Acesso 13 de jul. 2022.

MERLO, Carmen Moreira. **O palácio de papel: cem anos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: 1906-2006**. 2010. 187f. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-graduação em História) – Universidade de Passo Fundo, 2010.

NEDEL, Letícia. (Org.). **Pensar os arquivos – uma antologia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

PARRELA, Ivana., **Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional – Arquivo Público Mineiro 1857-1937**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012.

POSNER, Ernst. **Archives in the Ancient World**. Cambridge: Harvard University Press, 1972.

REGULAMENTO DO ARCHIVO PUBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
ESTATISITCA E BIBLIOTECA. Porto Alegre: Oficinas graphics d'A Federação. 1906.

REIS, Mirian Ribeiro. **História Intelectual: Um Debate Historiográfico**. 2012. Disponível em < Mirian Ribeiro Reis.pdf (gthistoriacultural.com.br) >. Acesso 13 de jul. 2022.

REVISTA DO ARCHIVO PUBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Presidencia do Dr. A. A. Borges de Medeiros, Porto Alegre: Oficinas graphics d'A Federação. n. 1, Jan. 1921.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS. DEPARTAMENTO DE ARQUIVO PÚBLICO. **Catálogo**

memória institucional do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul / Organização Viviane Portella de Portella. Porto Alegre: APERS, 2015.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística – Teoria e Prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

_____. **Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível**. Cadernos BAD (Portugual), n. 1, p. 103-124, 2015. Disponível em <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/62714>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SILVA, Gregório Jefferson da; CARVALHO, Germênia Alves; ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **Arquivo público do Piauí: características de um patrimônio da informação**. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/63914>>. Acesso em 13 jul. 2022.

Silva, Ricardo da S; SOARES, Fabrício A. A. **Diálogos: Estudos sobre teoria da história e historiografia – volume III**. Criciúma: UNESC, 2018.

SOARES, Paulo Ricardo de Souza. **A Institucionalização do APERS e o fazer arquivístico (1906-1925)**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação (bacharel em Arquivologia), disponível em <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/212615/001116184.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 13 jul. 2022.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **História Intelectual: objetos, abordagens e perspectivas**. 2017. Disponível em <<https://www.cafehistoria.com.br/historia-intelectual-objetos-abordagens-e-perspectivas/>>. Acesso em 13 de jul. 2022

SPINELLI, Teniza. (Org.). **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: história, publicações e legislação**. Porto Alegre: EST Edições, 2005.

OLIVEIRA, Anna Beatriz C. e. **Gestão de documentos e de arquivos no poder executivo estadual brasileiro: estudo de identificação das políticas, programas e instrumentos metodológicos**. 2016. Dissertação de mestrado (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF). Disponível em < [Dissertação Anna Beatriz C. E Oliveira - v. final pdf.pdf \(uff.br\)](#)>. Acesso em 13 jul. 2022.

WASSERMAN, Claudia. **História Intelectual: Origem e Abordagens**. 2015. Disponível em < [Vista do HISTÓRIA INTELECTUAL: ORIGEM E ABORDAGENS \(unioeste.br\)](#)>. Acesso em 13 de jul. 2022.